









# ÍNDICE

- 06 Órgãos Sociais e Accionistas
- 10 Relatório do Conselho de Administração
- 26 Demonstrações Financeiras
- 32 Anexo às Demonstrações Financeiras
- Relatórios
- 68 Certificação Legal das Contas
- 72 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



The background features a large, abstract shape on the left side composed of overlapping circles in various shades of blue and light green. This shape partially obscures a background image of a landscape with a body of water and a green island under a bright sky.

# COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

## ASSEMBLEIA GERAL

### PRESIDENTE

Dr. Jacques-Hubert Léon Blaise Rollet

### SECRETÁRIO

Dra. Maria Alexandra de Almeida Bessone Cardoso

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### PRESIDENTE

Dr. Christophe Francis Michel Marie Grave

### VOGAIS

Dr. Philippe André Joie

Dr. Amir Hossein Djourabtchi

Eng.º Jorge Monreal Fontes

Dr. Lionel Eric Lafon

## COMISSÃO EXECUTIVA

### PRESIDENTE

Dr. Amir Hossein Djourabtchi

### VOGAIS

Dr. Philippe André Joie

Eng.º Jorge Monreal Fontes

## CONSELHO FISCAL

### PRESIDENTE

Dr. David Jean Marie Drapeau

### VOGAL

Dr. António José Marques Centúrio Monzelo

Dra. Cláudia Edith Azerad

## REVISOR OFICIAL DE CONTAS

PricewaterhouseCoopers & Associados

- Sociedade de Revisores Oficiais

de Contas, Lda., representada pelo Dr. José Manuel  
Henriques Bernardo







# RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

### Senhores Accionistas

De acordo com o disposto na Lei e nos Estatutos do Banco Credibom, S.A., vem o Conselho de Administração apresentar o seu Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras incluindo o correspondente Anexo, bem como a Proposta de Aplicação dos Resultados referentes ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

### Internacional

Fonte: Banco Central Europeu e Banco de Portugal

Verificou-se no ano de 2009 uma recuperação progressiva da actividade económica face ao cenário de crise iniciado no ano anterior. A retoma confirmou-se no último trimestre, quando os principais blocos económicos ultrapassaram o período de recessão, observando-se sinais significativos de regresso ao crescimento desde o segundo trimestre do ano. Globalmente, as taxas de juro historicamente baixas estabilizaram o sistema financeiro e fizeram ressurgir alguma esperança no ganho de confiança dos investidores.

Este foi um período marcado por um fenómeno de *deleverage* observado no sistema bancário das economias desenvolvidas mais afectadas. As injeções massivas de liquidez e a continuação das restrições ao crédito ajudaram a libertar recursos e recuperar os níveis de consumo privado em algumas economias. Nos mercados emergentes observou-se uma maior aceleração na recuperação devido à ausência de desequilíbrios macro-económicos significativos, ao forte dinamismo da procura interna e à evolução positiva dos mercados das *commodities*.

Os preços do petróleo bruto *Brent* fixaram-se em 77,9 dólares por barril no dia 31 de Dezembro de 2009, cerca de 96,9% acima dos níveis registados no final de 2008. Em termos médios anuais decresceu de 98 dólares por barril em 2008 para cerca de 62 dólares. Com os contratos de futuros para Dezembro de 2011 a serem transaccionados em torno dos 90 dólares e as expectativas de preços médios fixadas em cerca de 80 dólares para 2010, espera-se uma evolução moderada no curto/médio prazo.

A queda mundial dos preços das matérias-primas, o excesso de capacidade produtiva, o aumento do desemprego e as quedas acentuadas nos preços das casas permitiram a ocorrência de níveis de inflação muito baixos e até de deflação. O aumento do preço do petróleo ao longo do ano, juntamente com a recuperação da produção impulsionada principalmente pela indústria transformadora, resultante do regresso ao crescimento do comércio a nível mundial, veio contrariar esta tendência e permitiu observar valores positivos de inflação no final do ano. O FMI aponta para que a inflação tenha registado 0,1% nas economias avançadas em 2009. No que toca à evolução das matérias-primas não energéticas estima-se uma queda de 12% dos preços da componente alimentar e de 27% nas restantes em 2009.

Nos Estados Unidos da América (EUA) a actividade económica recuperou no terceiro trimestre do ano, após a forte contracção verificada nos trimestres anteriores e um crescimento negativo de 0,7% no segundo trimestre. Apesar dos sinais positivos evidenciados, a expansão tem progredido a um ritmo fraco, tendo o PIB neste trimestre apresentado um crescimento de 2,8% em termos anualizados no seguimento de sucessivas revisões em baixa. Este fortalecimento da actividade económica reflecte sobretudo uma certa recuperação dos níveis das despesas de consumo e uma

subida robusta do investimento residencial e exportações.

Este cenário permitiu uma evolução favorável da inflação. Contudo, apesar da retoma, esta evolução foi comedida por influência da precedente evolução dos preços dos produtos energéticos e deterioração do poder aquisitivo das famílias. Estima-se que a taxa de variação média anual da inflação medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC) tenha atingido -0,5%, após um crescimento de 3,8% em 2008. Espera-se que o efeito de base inerentemente descendente se inverta a curto prazo, sendo esta pressão apenas limitada pelo desvio do produto efectivo em relação ao seu potencial a médio prazo.

No dia 4 de Novembro a Reserva Federal decidiu manter inalterado o objectivo de manutenção da taxa *fed funds* num intervalo entre 0% e 0,25%. Os estímulos monetários e orçamentais associados ao ciclo das existências poderão sustentar um crescimento económico positivo nos próximos trimestres, contudo precauções são necessárias.

A taxa de desemprego atingiu um nível máximo em 25 anos, regredindo no final do ano (Novembro) para cerca de 10% da população activa, nível só comparável com valores registados em 2003. O mercado de trabalho enfraquecido e a inversão dos padrões de poupança das famílias, por via da alocação de recursos para amortizar dívida acumulada, leva a um possível decréscimo dos níveis de consumo privado no futuro próximo. A estes factores junta-se a continuação das restrições nos critérios de concessão de crédito.

Os efeitos da crise na Ásia espelham-se bem nas previsões do FMI, que apontam para um crescimento de 5% do PIB, depois de um crescimento de 6,7% em 2008. Contudo, a permeabilidade das economias emergentes permitiu-lhes uma robusta recuperação. Apesar do nível do comércio externo não ter atingido ainda o patamar em que se encontrava aquando da eclosão da crise, factores internos como a elevada procura e medidas governamentais de estímulo, tanto orçamental como de política monetária, assim como factores externos que permitiram o regresso da entrada de elevadas quantias líquidas de capital influenciaram favoravelmente os mercados de activos e imobiliário, assim como a recuperação da criação de emprego.

No geral, assistiu-se a uma aceleração generalizada do crescimento do PIB real no segundo semestre, com especial relevo para a performance da China e da Índia. É de notar a elevada apreciação bolsista nos mercados emergentes, cujo índice se apreciou cerca de 80% desde os mínimos observados em Março e a apreciação dos mercados imobiliários de Singapura e Hong Kong.

Os países exportadores sentiram de forma mais directa os efeitos da crise. Entre os quais o Japão, onde a quebra súbita da procura mundial de automóveis e outros bens duradouros se reflectiu na queda de cerca de 5,5% no PIB em relação a 2008. A quebra das exportações a nível mundial afectou outros países manufactureiros como a China, Coreia, Singapura e Taiwan.

Apesar da redução das exportações em cerca de 17%, a China manteve um desempenho mais favorável comparativamente com outros países. O FMI estima uma expansão do PIB para cerca de 8,5% em 2009, que compara com 9% em 2008. Com efeito, a China passou a ser o principal exportador mundial, com uma quota total de quase 10% do total das exportações, tendo destronado a Alemanha.

Dados do FMI apontam para uma queda do crescimento da economia mundial de 0,8% em 2009. As expectativas fazem prever uma recuperação liderada pelas economias de mercado emergente e em desenvolvimento, acompanhada de uma evolução global contida dos preços, custos e salários no médio prazo, devido à lenta recuperação da procura, com riscos de deflação afastados.

#### Zona Euro

Fonte: Banco Central Europeu e Banco de Portugal

O PIB contraiu-se 4% em termos médios anuais em 2009. A actividade económica recuperou o seu crescimento quando o PIB atingiu valores positivos no terceiro trimestre, com um crescimento de 0,4%, após cinco trimestres de contracção. O *Eurostat* estima um crescimento de 0,1% no último trimestre do ano. Esta recuperação resultou da retoma das exportações e das medidas macroeconómicas de estímulo à economia que permitiram restabelecer o funcionamento do sistema financeiro. No entanto, este foi um período marcado por um generalizado decréscimo do ritmo de actividade que se deveu, para além do abrandamento da economia mundial, ao enfraquecimento da procura interna.

No global, assistiu-se a uma continuação de crescimento moderado do consumo privado e a uma redução do investimento. A evolução do consumo privado no início do ano reflectiu a deterioração das perspectivas no mercado de trabalho, a continuação das restrições na concessão de crédito e a queda da riqueza financeira. Dentro deste cenário, dada a menor rentabilidade das empresas, reduziu-se o investimento. Contudo, as medidas orçamentais levadas a cabo conseguiram estabilizar os níveis de despesa das famílias no segundo trimestre. Para esta estabilização contribuiu o aumento das compras de automóveis, que beneficiaram dos subsídios para o abatimento de carros usados na aquisição de novos. Neste período, estabilizou também o investimento.

Apesar do abrandamento da actividade económica, o rendimento disponível das famílias manteve uma certa constância devido à robustez do crescimento dos salários, à acumulação de mão-de-obra implementada pelas empresas e ajustamentos dos horários de trabalho subsidiados pelo governo e à baixa inflação registada. Estes factos, juntamente com o aumento da incerteza económica e financeira, fizeram aumentar acentuadamente

a poupança das famílias. No entanto, o nível de confiança dos consumidores encontra-se ainda abaixo da sua média de longo prazo desde 1985. A evidência da continuação da fragilidade no mercado imobiliário contribuiu para desincentivar o investimento em construção. Assim, manteve-se um cenário de crescimento negativo nesta componente. Com o aumento dos custos de financiamento e a retracção da procura, também o investimento empresarial caiu acentuadamente.

A taxa de desemprego média na zona euro situou-se em 9,4%. Só em Dezembro atingiu os 10%, a taxa mais elevada desde Dezembro de 1998. De relevar a situação da economia espanhola, que à semelhança do ano anterior aumentou a taxa de desemprego em quase cerca de 50%, para 20% da população activa.

O comércio líquido começou a dar sinais de crescimento positivo no terceiro trimestre do ano. Observou-se um aumento de 2,9% das exportações, após uma contracção nos dois primeiros trimestres. As importações apresentaram uma performance similar, tendo aumentado 2,6% no mesmo trimestre. Esta evolução indica claramente uma aceleração do ritmo de recuperação mundial, com sinais de melhoria de confiança dos consumidores e das empresas. Apesar da apreciação relativa neste último período, no conjunto o euro depreciou cerca de 1% em termos nominais efectivos. A depreciação global resultou de comportamentos distintos face às principais divisas, sendo de destacar uma apreciação de 3,5% face ao dólar.

A inflação média anual na zona euro diminuiu de 3,3% em 2008 para 0,3% em 2009. Os principais componentes do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) apresentaram uma taxa de variação inferior à do ano anterior. Em Dezembro a taxa era de 0,9%, depois de ter atingido em Julho o mínimo de 0,7% negativos. Este facto esteve intimamente ligado com a continuada descida das taxas directoras ao longo do ano e com as injeções de capital na economia. O Conselho do BCE decidiu no final do ano manter inalterada a sua política, mantendo a taxa de refinanciamento em 1%.

O pico atingido ao nível do incumprimento no último trimestre de 2009, com uma taxa de insolvência implícita acima dos 10%, levou a um estreitamento dos *spreads* de crédito, tendência que se deverá manter. Adicionalmente, é esperada uma continuação da alteração dos perfis de investimento, marcados por uma maior alocação em activos de crédito com maiores remunerações. As expectativas inflacionistas e a evolução desfavorável da procura de crédito fazem prever que a taxa de refinanciamento na zona euro se mantenha constante até ao terceiro trimestre de 2010 e que este cenário se mantenha até essa altura. Desta situação advém o risco de inversão da política monetária levada a cabo para resolver a crise.

### Economia Portuguesa

Fonte: Banco de Portugal. Instituto Nacional de Estatística

### Introdução

A economia portuguesa evoluiu negativamente no ano de 2009. Após uma variação sensivelmente nula em termos reais em 2008, assistiu-se a uma contracção estimada pelo Banco de Portugal de 2,7% do PIB. Apesar da situação negativa, verificou-se uma recuperação a partir do 3º trimestre de 2009, devida sobretudo ao contributo positivo

da procura externa líquida, reflexo de uma variação menos negativa das exportações e à evolução positiva do consumo privado que permitiu um contributo menos negativo da procura interna.

Verificou-se uma evidente recuperação da crise financeira e económica a vários níveis ao longo de 2009. No final do ano o índice bolsista português PSI Geral valorizou cerca de 34%, depois de uma desvalorização de aproximadamente 50% no ano anterior. Também as taxas de rendibilidade da dívida pública apresentaram uma tendência positiva. No final de Dezembro, a taxa de rendibilidade de obrigações do Tesouro com maturidade residual de 10 anos situou-se em 4,06%.

Em termos de finanças públicas, a execução orçamental do Estado caracterizou-se por um decréscimo de 13,9% da receita fiscal no total do ano. A receita dos impostos directos IRS e IRC registou um decréscimo de 4,1% e 23,8% respectivamente. A receita dos impostos indirectos contribuiu também negativamente com uma variação de 15,4%, influenciada em grande parte pela desaceleração da colecta do IVA que registou um decréscimo de 18,9% apenas parcialmente explicado pela diminuição da taxa normal do IVA para 20% em Julho de 2008 e pela alteração dos reembolsos. O imposto sobre os Produtos Petrolíferos diminuiu 3,8%, o Imposto sobre Veículos 24,4%, o Imposto de Selo 6,5% e o Imposto sobre Tabaco 5,4%.

A despesa primária apresentou um acréscimo de 4,5% em igual período. Assistiu-se a uma estabilização das principais rubricas de despesa, sendo que as transferências correntes apresentaram um acréscimo de 7,8%. O défice orçamental estima-se em 9,3% do PIB. Em contabilidade pública o défice orçamental ascendeu a 14.081,3 milhões de euros em 2009, contra 5.179,8 milhões no ano anterior.

As necessidades de financiamento da economia portuguesa, medidas pelo défice conjunto das balanças corrente e de capital em percentagem do PIB, reduziram-se de 10,5% em 2008 para cerca de 8,2% em 2009. É de destacar a evolução positiva dos termos de troca, mais relevante do que o peso da significativa redução do preço do petróleo. O endividamento público ultrapassou o patamar de 2008, o mais elevado à data, tendo o rácio da dívida atingido os 76,6% do PIB. De referir ainda que a despesa com juros cresceu 2,5% em 2009.

Na sequência do défice excessivo que conduziu ao *downgrading* da dívida soberana portuguesa, tendo sido atribuído ao país um *negative outlook* por parte da S&P no final do ano, tal como na Grécia, Espanha e Irlanda, o Conselho Ecofin adoptou uma decisão no dia 2 de Dezembro com vista a estabelecer que esta situação seja corrigida até 2013. No âmbito do legislado no Tratado de Lisboa e do Tratado de Maastricht, para que tal objectivo seja atingido, o Conselho recomendou que fosse assegurado um esforço orçamental anual de cerca de 1,25% do PIB ao longo do período, contribuindo desta forma

para que também o rácio da dívida retome uma trajectória descendente.

### Consumo Privado

Estima-se que o consumo privado tenha diminuído 0,9% em 2009, o que compara com um crescimento ligeiramente superior a 1,5% nos dois anos anteriores, apresentando no entanto o típico comportamento mais alisado face ao PIB. Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) apontam para uma diminuição do consumo privado em termos reais de 0,2% no último trimestre de 2009 face ao período homólogo, após uma redução de 1,2% no terceiro trimestre. Excluindo o comércio a retalho de combustíveis este índice aumentou 1,4% no mesmo período, o que compara com um decréscimo de 2,1% no trimestre anterior.

Apesar da descida acentuada das taxas de juro ao longo do ano e do consequente aumento do rendimento disponível das famílias e da taxa de poupança, as condições mais restritivas na concessão de crédito bancário ditaram o adiamento das despesas de consumo por parte das famílias. Com efeito, a evolução do consumo privado em 2009 caracterizou-se por um fraco crescimento do consumo de bens não duradouros e de uma queda muito acentuada do consumo de bens duradouros. É de notar no entanto uma evolução positiva do consumo privado e em particular desta última componente ao longo do ano.

### Comércio Externo

No conjunto de 2009, as exportações e as importações portuguesas registaram reduções de 18,2% e 18,3% respectivamente face ao período homólogo. Esta redução sem precedentes das exportações esteve associada a uma quebra semelhante do indicador da procura externa dirigida às empresas a operar em Portugal. Este facto verificou-se devido à diminuição da procura por parte dos principais parceiros comerciais, ganhando desta forma relevo as exportações de serviços, que atingiram cerca de 30% do total. De notar também a entrada de *players* mais competitivos no mercado alvo nacional a agravar esta situação. No tocante às importações, a sua evolução decorre da expressiva contracção da procura global.

### Mercado de Trabalho

Segundo o INE a taxa de desemprego no quarto trimestre de 2009 situou-se em 10,1%, valor superior ao observado no período homólogo em 2,3 p.p. De acordo com a mesma fonte a taxa de desemprego média em 2009 fixou-se em 9,5%, superior ao nível de 7,6% registado em 2008 e em linha ao nível registado na zona euro. A população desempregada situou-se em 528,6 mil indivíduos, verificando-se um aumento de 23,8% face ao ano anterior. O número de empregados diminuiu 2,8% quando comparado com o ano de 2008.

### Inflação

A taxa de inflação, medida pela taxa de variação média anual do IHPC registou uma variação de -0,9% contra 2,7% em 2008. Esta diminuição ter-se-á devido à retracção global da procura e à consequente diminuição generalizada dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais, tanto energéticas como não energéticas.

Segundo o publicado no Boletim de Inverno pelo Banco de Portugal, dado que as expectativas de inflação para 2010 continuam ancoradas em valores positivos, esta redução de preços no consumidor deverá ser encarada como um fenómeno provisório próprio da situação económica global recessiva.

### Sector Automóvel

Dados da Associação de Comércio Automóvel de Portugal (ACAP) mostram uma diminuição em 2009 da venda total de veículos ligeiros, para as 199,919 unidades. Só no segmento de passageiros registou-se uma quebra de 24,5% nas vendas totais, contrariando a tendência de aumento dos dois últimos anos. Em linha com a acentuada descida das vendas observada neste segmento, é possível notar a mesma evolução nos restantes segmentos.

Analisando o total do ano, o mercado automóvel registou uma queda de cerca de um quarto em relação a 2008. Numa perspectiva histórica de longo prazo, a ACAP avalia o ano de 2009 como o que pior resultado apresentou nos últimos 22 anos, sendo apenas ultrapassado pelo mercado de menor dimensão existente antes de 1988, quando as importações automóveis se encontravam limitadas em Portugal. Actualmente apontam-se como principais responsáveis por esta contracção do mercado a crise económica e a elevada fiscalidade. É de destacar no entanto o papel positivo do programa de incentivos ao abate ao longo do ano, suspenso a partir de 1 de Janeiro de 2010.

### Quadro resumo de vendas de viaturas novas

Fonte: ACAP

Tipo de Viaturas	Unidades		Variação 08-09		Unidades		Variação 04-09	
	2008	2009	Qte	%	2004	2009	Qte	%
Veículos Ligeiros Passageiros	213,389	161,013	-52,376	-24.54%	200,241	161,013	-39,228	-19.59%
Veículos Comerciais Ligeiros	55,404	38,906	-16,498	-29.78%	68,634	38,906	-29,728	-43.31%
<b>Total de Ligeiros</b>	<b>268,793</b>	<b>199,919</b>	<b>-68,874</b>	<b>-25.62%</b>	<b>268,875</b>	<b>199,919</b>	<b>-68,956</b>	<b>-25.65%</b>
Outros Veículos	6,334	3,796	-2,538	-40.07%	5,320	3,796	-1,524	-28.65%
<b>TOTAL</b>	<b>275,127</b>	<b>203,715</b>	<b>-71,412</b>	<b>-25.96%</b>	<b>274,195</b>	<b>203,715</b>	<b>-70,480</b>	<b>-25.70%</b>

### Vendas a Retalho

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Ao longo de 2009 o volume de negócios no comércio a retalho, a preços constantes e corrigido dos dias úteis e da sazonalidade, registou uma variação média de -1,8%, tendo registado o mês de Dezembro uma variação homóloga positiva de 2,8% após o panorama negativo verificado no resto do ano. O emprego e as remunerações apresentaram taxas de variação médias de -3,2% e de 1%, tendo as respectivas variações homólogas registado -2,4% e -0,2% no

mês de Dezembro. O número de horas trabalhadas corrigidas dos dias úteis, também em termos homólogos, registou uma variação de -2,3%, tendo-se situado a taxa de variação média dos últimos 12 meses em -3,7%.

### Crédito Concedido

Fonte: ASFAC

O crédito concedido no mercado relevante para o Credibom - crédito directo e intermediado concedido por instituições financeiras especializadas no crédito ao consumo - atingiu os 5.338 milhões de Euros, valor que representa um decréscimo de cerca de 18% face a 2008. O segmento (ou finalidade) em que se verificou um maior decréscimo face a 2008 foi o Crédito Pessoal (-54%), logo seguido pelo financiamento Automóvel (-18%) e pelo Crédito Lar e Serviços (-17%).

Verificou-se uma certa estabilidade no financiamento a fornecedores - *Dealer Funding*, sendo o decréscimo neste segmento de apenas 2%.

O financiamento Automóvel continua a representar o maior peso no total de crédito concedido - cerca de 80% se incluirmos o *Dealer Funding* - representando o Crédito Lar e Serviços 11% e o Crédito Pessoal cerca de 8% do total do crédito concedido por entidades financeiras especializadas.

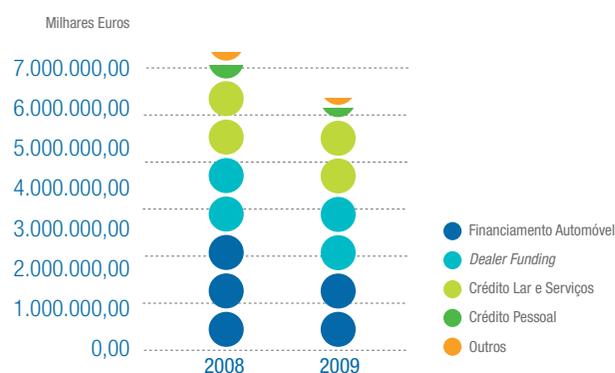
O Crédito Clássico continua a ser o produto de financiamento mais utilizado (cerca de 39%), representando o *Dealer Funding* 36% do total do financiamento concedido, o Leasing 14% e o Revolving 10%.

A quota de mercado do Credibom no seu mercado relevante atinge os 10%, mantendo-se estável em relação a 2008.

#### CRÉDITO CONCEDIDO POR ENTIDADES FINANCEIRAS ESPECIALIZADAS



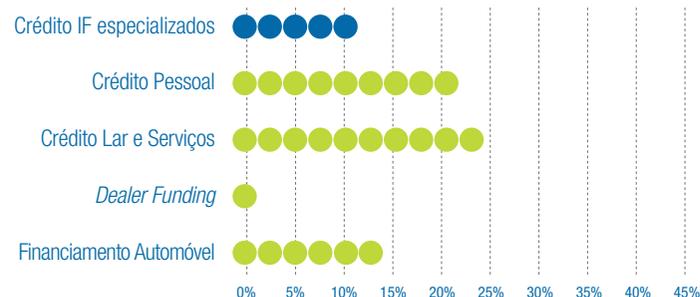
#### CRÉDITO CONCEDIDO POR SEGMENTOS



#### CRÉDITO CONCEDIDO POR PRODUTOS



#### QUOTAS DE MERCADO CREDIBOM NOS SEGMENTOS DE MERCADO RELEVANTES



## ALTERAÇÕES RELEVANTES COM IMPACTO NA ACTIVIDADE

- Entrada em produção do novo modelo da CRC do Banco de Portugal.
- Entrega no Banco de Portugal do Relatório *Internal Capital Adequacy Assessment Process* (ICAAP).
- Protocolo com a Escola Secundária de Cascais para a realização de Estágios Curriculares de aproximação à vida activa.
- Revisão e alteração dos contratos de financiamento, site Credibom e restantes peças de suporte ao negócio (Crédito Clássico, Leasing e ALD) visando a transposição da directiva sobre enquadramento e regulamentação do crédito ao consumo - Decreto-Lei n.º 133/2009, com entrada em vigor a 1 de Julho de 2009.
- Acesso automático à base de dados da CRC – Banco de Portugal para efeitos de decisão de crédito.
- Alteração do modelo e regras de decisão em função da nova legislação de crédito ao consumo.
- Cumprimento da Instrução n.º 11/2009 emitida pelo Banco de Portugal, relativa à sistematização das regras de cálculo da Taxa Anual de Encargos Efectiva Global (TAEG).
- Preparação e adaptação de sistemas, operativa, produtos e simuladores para a implementação da “Taxa de Usura”, conforme Decreto-Lei n.º 133/2009.
- Implementação do Decreto-Lei n.º 134/2009, de 2 de Julho – Novo regime jurídico aplicável à prestação de serviços de promoção, informação e apoio aos consumidores, através de centros telefónicos de relacionamento (*call centers*).
- Reformulação do preçário geral do Banco Credibom de acordo com a nova regulamentação do Banco de Portugal, em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2010.

### Canais de Distribuição e Produtos

A actividade do Credibom é desenvolvida em quatro segmentos principais: financiamento Automóvel, Crédito Lar e Serviços, Crédito Pessoal e *Dealer Funding*. Para os clientes finais, particulares e empresas, os produtos disponíveis são: o Crédito Clássico, o *Leasing*, o ALD (aluguer de longa duração) e o *Revolving*. Os nossos parceiros têm disponíveis produtos financeiros de apoio à actividade comercial e de tesouraria, nomeadamente, o Adiantamento de Fundos por contratos futuros, o Crédito Stock e a Conta Corrente.

### Financiamento Automóvel

Durante 2009 o Banco Credibom privilegiou estrategicamente a concentração da sua Rede comercial de distribuição Automóvel, diminuindo significativamente o número de prescritores e terminando o ano de 2009 com pouco mais de 1.000. A selectividade da qualidade das parcerias foi e será durante 2010 parte integrante da estratégia de

distribuição do Produto Automóvel por parte da sua equipa comercial.

Este ano verificou uma quebra significativa do mercado de financiamento Automóvel, com alterações legislativas com impacto importante na actividade. Contudo, mesmo em contexto adverso o Banco verificou um reforço importante da sua quota de mercado para 12,5%.

### Crédito Lar e Serviços

O Banco Credibom procedeu em 2009, a uma reorganização da estrutura comercial existente, tendo sido criada a nova Direcção Comercial Lar e Parcerias, que se dedicou exclusivamente ao acompanhamento da rede comercial existente, constituída por parceiros especializados no negócio Lar, e que totalizavam no final de 2009 cerca de 5.460 Pontos de Venda, distribuídos por todo o território continental e insular.

Foi privilegiada uma abordagem ao Segmento de Retalho e Média e Grande Distribuição, em detrimento das actividades prioritariamente vocacionadas para a Prestação de Serviços.

O ano de 2009, foi também um ano de consolidação do controlo do Risco de Crédito e Operacional já iniciado no ano anterior, o que contribuiu para uma melhoria da qualidade da carteira de Prescritores e conseqüentemente da qualidade do crédito concedido.

Como foco principal, foi também efectuada a reorganização da actividade de angariação de novos parceiros por zonas geográficas de localização, o que potenciará uma maior capilaridade de negócios, assim como uma maior abrangência a nível nacional, explorando novas áreas e permitindo o acesso ao crédito a novos clientes.

### Crédito Pessoal

A produção do Circuito Curto - crédito directo a clientes, ascendeu a 88,5 M o que representou um decréscimo de cerca de 12% em relação ao ano anterior. No entanto, é de relevar a boa performance realizada nesta área de negócio em 2009, comparativamente com a redução de 56% que o mercado registou neste segmento. Neste período, a quota de mercado do Credibom para este tipo de negócio passou de 11% para 20%.

A procura de crédito em 2009, aumentou 3% em relação ao ano anterior, devido às campanhas de SMS realizadas ao longo do ano de forma activa e em momentos especiais. Das cerca de 48.300 propostas recepcionadas, cerca de metade teve origem no canal internet, através do site da Flexibom, o qual passou a estar disponível e de forma sistemática aos clientes desde o início do ano.

Em Abril, foi disponibilizado aos Clientes um novo produto, denominado mini-crédito para satisfazer solicitações de crédito de montantes e prazos reduzidos. A partir de Outubro,

as equipas comerciais passaram a comercializar de forma mais sistemática e agressiva os PPC - Planos de Protecção ao Crédito (seguros) de valor acrescentado para o cliente e com maior retorno para o Credibom, com resultados muito satisfatórios. Em Novembro, deu-se início à realização das primeiras acções de *outbound* estruturadas a clientes, com base em modelos de propensão à resposta e cujos resultados só poderão ser avaliados no decorrer do próximo ano.

O ano agora findo, também se caracteriza pelas melhorias significativas dos modelos de decisão e regras de crédito, assim como, da implementação de procedimentos, que dotaram esta área de negócio de capacidade operacional para responder às mais diversas solicitações do mercado, num ambiente social e económico extremamente adverso.

### Produção

#### Novas Propostas

Durante 2009, o *call-center* manteve-se como o principal meio de entrada de propostas de crédito no Credibom, com cerca de 122,2 mil propostas carregadas, o que equivale a cerca de 59% do total de propostas carregadas em sistema.

A Internet representou, durante 2009, a segunda via de entrada de negócio com cerca de 84,5 mil propostas, fundamentalmente no segmento lar.

#### Crédito Concedido

O volume de crédito concedido, em 2009 ascendeu a 532 milhões de Euros o que corresponde a um decréscimo de 16,46% face a 2008, explicado fundamentalmente pela conjuntura económica.

O Crédito Clássico é o produto principal comercializado pela empresa com 84.7% do volume de nova produção, representando o Crédito Automóvel um peso de 53.9% e o Crédito Lar de 30.8%.

A produção total do *Dealer Funding* (concedido a fornecedores) permitiu a angariação de um volume de crédito de 26 milhões de Euros, tendo correspondido a 4.9% do volume de produção em 2009.

O produto *Revolving* angariou 46,7 milhões de Euros de crédito concedido, correspondendo a 8.8% do volume de produção em 2009. O *Leasing* e ALD contribuíram este ano com 8,5 milhões de Euros de crédito concedido, correspondendo a 1.6% do volume de produção em 2009.

### Carteira de Crédito

A carteira de crédito do Credibom encontra-se suportada no produto de Crédito Clássico que constituiu o único produto disponível na empresa desde a sua criação em 1995. Com efeito, apesar de actualmente disponibilizar outros produtos financeiros, estes apenas representam 7,9% do capital em dívida (101,5 milhões de Euros, desagregado por 44,8 milhões de Euros de crédito *Revolving*, 26,7 milhões de Euros de *Dealer Funding* e 30 milhões de Euros respeitantes ao *Leasing* e ALD), sendo os restantes 92,1% afectos ao Crédito Clássico (1.177,9 milhões de Euros). Os valores referentes ao acréscimo de proveitos dos juros e o custo de transacção não estão incluídos nesta rubrica, ascendendo ao montante de 29,6 milhões de Euros.

### Sistemas de Informação

O ano de 2009 foi marcado pela reorganização orgânica do Banco, que na Direcção de Sistemas de Informação (DSI) se traduziu por uma separação dos projectos, criando a Direcção de Projectos e Organização. Esta separação visa os principais melhoramentos:

- Garantir uma separação funcional entre a gestão e a execução dos projectos, tornando mais transparente a gestão de projectos para o Banco,
- Garantir uma maior aproximação aos problemas dos utilizadores,
- Instituição de um mecanismo de investigação operacional, libertando a área funcional da DSI para maior dedicação à documentação dos desenvolvimentos.

A nível operacional 2009 foi marcado por uma forte aposta na tecnologia de virtualização de modo a permitir reduções de custos com *hardware*, redução do espaço físico no centro informático, redução do tempo de recuperação de servidores críticos e aumento da capacidade de redundância de servidores / aplicações críticas.

Em 2009 o Banco substituiu a tecnologia do *mainframe* (*iSeries 570*) de *Power 5* para *Power 6* aumentando assim a sua capacidade de processamento global e permitindo a reestruturação do Plano de Recuperação de Negócio passando a estar dotado de 2 máquinas de replicação em *real-time* (uma no centro informático da IBM no Porto e a outra localmente em Lisboa), aumentando a sua independência de terceiros e capacidade de recuperação em caso de desastre. Foi efectuado um primeiro teste de simulação de desastre no centro informático.

Os principais projectos de negócio em 2009 foram centrados no Projecto de Securitização, no Projecto *Upgrade Debt Manager* e no Projecto de automatização de tarefas na DCFP, projecto que segue o Projecto Hermes com o objectivo de uma maior rapidez no apuramento dos resultados financeiros do Banco. O ano de 2009 teve ainda alguns projectos regulamentares exigidos pelas entidades reguladoras, com especial destaque para o Decreto-Lei n.º 133/09 e 134/09 (regularização da actividade do crédito ao consumo e centros de atendimentos automáticos).

Na área de *Business Intelligence* e *Datawarehousing* o Banco continuou a enriquecer o seu sistema de informação de gestão, continuando a aumentar o nível de informação disponível na *Datawarehousing*, incluindo a informação sobre os negócios de *Leasing*/ALD e Crédito Stock.

Na área da tecnologia o Banco apostou na utilização da plataforma IBM *Websphere* como ferramenta preferencial de desenvolvimento sobre o *iSeries* e como plataforma de *Application Server* onde actualmente assentam os *Webservices* que são disponibilizados internamente ou externamente aos seus parceiros. Também foi actualizada a plataforma tecnológica do site B2B (PVI), que utilizava tecnologia de *Screen Scrapping*, para Microsoft. NET, simultaneamente aumentando o leque de serviços oferecidos a parceiros de negócio.

### Organização do Credibom

De forma a adaptar a sua estrutura organizacional, o Credibom procedeu, ao longo do ano de 2009, a algumas alterações, nomeadamente à criação de novas Unidades Orgânicas, Comitês de Decisão e reestruturação Orgânica nas existentes.

Foram criadas três unidades orgânicas:

- Gabinete de Assessoria Jurídica (GAJ), sendo as suas atribuições provenientes da área Legal do Gabinete de Controlo Permanente;
- Gabinete de Gestão dos Riscos de Aderentes (GGRA), com atribuições provenientes da Direcção Coordenação Comercial (Pontos de Venda) e Direcção de Crédito (Risco Operacional);
- Direcção de Projectos e Organização (DPO), sendo as suas atribuições provenientes do Gabinete de Organização (Normas, Estrutura e Processos) e da Direcção de Sistemas de Informação (Gestão de Projectos).

Alteração da designação das seguintes Unidades Orgânicas, assim como da sua missão e demais atribuições:

- Gabinete de Estratégia de Risco e Política de Crédito (GERPC) com atribuições provenientes do Gabinete de Controlo de Risco;
- Direcção de Aceitação (DA), sendo as suas atribuições provenientes da Direcção de Crédito.

Cisão da Direcção Coordenação Comercial, tendo sido criadas Direcções autónomas e por tipo de Negócio nomeadamente:

- Direcção Comercial Auto (DCA);
- Direcção Comercial Circuito Curto (DCC);
- Direcção Comercial Lar e Parcerias (DCLP).

Salienta-se ainda a extinção da Direcção de Parcerias, passando as suas atribuições para as Direcções de Operações (Controlo e Operações e Apoio a Clientes) e Aceitação (Apoio a Parceiros).

- Criação do Comité de Aceitação e Monitorização de Aderentes (CAMA);
- Criação do Comité de Decisão dos Créditos a Aderentes (CDCA).

## ANÁLISE FINANCEIRA

### Activo

O activo líquido da Credibom em finais de 2009 atingia os 1.259 milhões de Euros, valor superior em cerca de 1,6% relativamente a 2008. O volume de crédito concedido a clientes, não considerando juros periodificados e encargos diferidos, atingiu o valor de 1.279,3 milhões de Euros.

### Rentabilidade

O resultado líquido decresceu substancialmente face ao valor registado no exercício anterior, registando um prejuízo de 7 milhões de Euros. A rentabilidade dos capitais próprios (ROE), excluindo dívidas subordinadas, foi negativa em 4,21%, cerca de 7,06 p.p. inferior em relação a 2008.

### Risco

O crédito vencido (superior a 90 dias) sobre o total da carteira, registou um aumento de 2,12 p.p. em relação ao ano transacto, reflectindo a aplicação de instrumentos, políticas de controlo do risco e estratégias de recuperação de crédito mais eficazes.

A cobertura de provisões sobre o crédito vencido, que se cifrava em 2008 em 97,56% verificou um decréscimo em 2009 de cerca de 0,45 p.p., colocando aquela taxa em 97,11% a 31 de Dezembro de 2009.

Valores em milhares de Euros

Variáveis de Gestão e Indicadores	2008	2009	Variação
Activo líquido	1.240.025	1.259.403	1,56%
Crédito sobre Clientes <sup>(a)</sup>	1.094.667	1.124.752	2,75%
Crédito Vencido Superior a 90 dias	113.959	146.122	28,22%
Capital e Reservas	109.471	166.568	52,16%
Resultado do Exercício	3.121	-7.014	n.s.
Tx Crédito Vencido Superior a 90 dias	9,34%	11,46%	2,12 p.p
Tx Cobertura Provisões/Crédito Vencido	97,56%	97,11%	-0,45 p.p
ROE	2,85%	-4,21%	-7,06 p.p.
<i>Cost-to-Income</i>	53,26%	53,28%	0,02 p.p.
Rácio Solvabilidade	7,50%	14,83%	7,33 p.p.

a) Crédito vincendo

## BALANÇO SOCIAL

### Evolução do Quadro de Pessoal

O Banco Credibom fechou o ano de 2009 com um quadro de pessoal composto por 452 colaboradores.

A média de idades é 35 anos. Situam-se abaixo desse valor 56,86% dos colaboradores.

A distribuição por género apresenta-se bastante equilibrada sem alterações significativas face ao ano anterior, com 54,65% do sexo masculino e 45,3% do sexo feminino.

### Habilitações Literárias e Formação

Houve um acréscimo do número de colaboradores com habilitações literárias ao nível do ensino superior face ao ano de 2008: 42,26% possuem grau académico ao nível da licenciatura ou bacharelato, mais 1,70% que o registado no anterior; 51,77% dos colaboradores têm formação ao nível do secundário ou equivalente, menos 1,31% que em 2008.

Com o objectivo de continuar a dotar o Banco de recursos mais qualificados e preparados para os novos desafios, foi mantido o enfoque na formação contínua e especializada dos colaboradores.

A formação ministrada abrangeu várias áreas e funções no Banco, tendo como objectivo proporcionar aos colaboradores o desenvolvimento de competências e aptidões. Das áreas de formação com maior volume de horas destacam-se a Gestão de Pessoas e de Actividades, Seguros, Banca, Enquadramento Legal, Gestão Financeira, Aplicações Informáticas, Higiene e Segurança no Trabalho, Desenvolvimento Pessoal, Comunicação e Línguas Estrangeiras.

Privilegiou-se a continuidade das acções de formação no idioma de Inglês cuja abrangência foi significativamente maior que nos anos anteriores, o que proporcionou a um leque mais diversificado de colaboradores a possibilidade de melhorar e consolidar os conhecimentos linguísticos neste idioma com a finalidade de otimizar a comunicação com toda a estrutura accionista.

Verificou-se igualmente a participação de colaboradores das áreas técnicas em acções de formação específicas, como sejam, Controlo Interno, Reconciliações Bancárias, Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e o Novo Sistema de Normalização Contabilística.

Houve igualmente formação ministrada de uma forma transversal, da qual se destaca a condução de entrevistas no âmbito do Sistema de Avaliação de Desempenho ministrada aos coordenadores de equipas. No âmbito da actividade do Banco direccionada para a mediação de seguros, deu-se continuidade à formação certificada de Agentes e Corretores de Seguros aos novos colaboradores em funções directamente envolvidas com a actividade de mediação.

Seguindo as orientações do accionista, foi dada continuidade à formação de sensibilização aos conceitos de conformidade e deontologia, no âmbito do programa FIDES, a todos os novos colaboradores no momento da sua admissão com a finalidade de proporcionar aos mesmos um enquadramento dos métodos e mecanismos em vigor no Banco. Para complementar, a sensibilização sobre boas práticas em matéria de segurança financeira com especial enfoque na prevenção do branqueamento de capitais foi ministrada no final de cada trimestre.

Numa lógica de colaboração com todas as empresas do Grupo Crédit Agricole, deu-se continuidade aos programas internacionais *CACF International Academy* e *Perspective International* criados pelo accionista.

### Avaliação de Desempenho

A consolidação do actual sistema de avaliação de desempenho tem permitido de uma forma contínua o desenvolvimento de uma política interna denominada Valorização Profissional que tem como objectivo permitir a aquisição de conhecimentos individuais através do financiamento de Mestrados, Pós-Graduações, Doutoramentos e MBA.

### Fundo de Pensões

A determinação do montante das responsabilidades por serviços passados de colaboradores do Banco é efectuada em conformidade com o estabelecido no IAS 19.

Os activos relacionados com o Fundo de Pensões encontram-se no Fundo de Pensões aberto Multireforma, sendo gerido pela ESAF - Espírito Santo Fundo Pensões, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2009, os Pensionistas e Colaboradores no Activo beneficiários de planos de pensões financiados pelos fundos de pensões, são em número de:

	31 Dezembro 2009
Pensionistas por reforma	9
Colaboradores no activo	446

Em 31 de Dezembro de 2009, a situação patrimonial do fundo de pensões é como segue:

Valores em milhares de Euros

Situação patrimonial do fundo de pensões	31 Dezembro 2009
Situação inicial	22.294
Rendimento do fundo de pensões	1.244%
Pensões pagas	(170)
Desvio actuarial	1.566
Contribuições do BAncO e do s empregados	304
<b>Situação final a 31.12.2009</b>	<b>25.238</b>

O detalhe da situação patrimonial do Fundo de Pensões e das responsabilidades com pensões encontra-se descrito na Nota 23 do anexo às Demonstrações Financeiras.

## GESTÃO DE RISCO

A gestão de risco do Credibom é efectuada fundamentalmente em duas vertentes: risco de crédito e operacional.

### Risco de Crédito

A função de gestão e controlo do risco de crédito obedece aos seguintes princípios:

- Desenvolver e implementar modelos de apoio à decisão de crédito, de modo a assegurar a sua fluidez e coerência.
- Assegurar o controlo do risco de crédito, mantendo-o dentro dos parâmetros estabelecidos como óptimos.
- Implementar os pressupostos definidos pelas entidades reguladoras para efeitos de adequação de capitais próprios.
- Analisar procedimentos susceptíveis de gerar risco de crédito e implementar medidas de controlo com vista à minimização do mesmo.

O processo de decisão de crédito é efectuado com base em modelos de risco empíricos, tendo como objectivo maximizar a produção e, simultaneamente, minimizar o risco correspondente. O seu controlo e seguimento são efectuados periodicamente, sendo tomadas todas as acções correctivas necessárias quando tal se afigura necessário.

Refira-se que, quer a implementação, quer o controlo destes modelos, se verificam em sistemas informáticos adquiridos ou desenvolvidos internamente para o efeito.

Para o efeito de decisão de crédito estão definidos níveis hierárquicos de autorização para as correspondentes operações. Também estes limites estão implementados em sistema. Quaisquer excepções às regras deverão ser analisadas de acordo com os procedimentos existentes no regulamento de crédito em vigor.

O controlo do risco da carteira de crédito é efectuado através da monitorização de indicadores específicos. Estes indicadores são apresentados e discutidos em comités de análise de risco, sendo as respectivas conclusões tomadas de acordo com a circunstância.

### Risco Operacional

O Banco Credibom tem vindo a desenvolver um projecto específico com o objectivo de assegurar o cumprimento dos requisitos do Novo Acordo de Capital Basileia II, transposto em norma do Parlamento e do Conselho Europeu. No seu âmbito têm sido desenvolvidas diversas actividades pela área de Risco Operacional do Gabinete de Controlo Permanente.

A gestão do risco operacional é suportada por uma estrutura de processos de negócio, desenvolvida com o envolvimento dos correspondentes de risco operacional designados em cada unidade orgânica, periodicamente revistos em função da sua avaliação. Esta gestão baseia-se numa metodologia específica definida pelo accionista, suportada numa cartografia dos riscos e num processo de colecta de incidentes (que se encontra em curso desde Janeiro de 2005) essencial para o cálculo das necessidades de Fundos Próprios e estimativas de Risco. A quantificação das necessidades de capital interno para cobertura deste tipo de risco foi efectuada até à data com base no método do indicador básico, tendo em Julho de 2008, o Credibom apresentado a sua candidatura à utilização do Método *Standard* para efeitos de determinação dos requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura do Risco Operacional, nos termos previstos na instrução do Banco de Portugal n.º 11/2007.

## Perspectivas para 2010

Não obstante as dificuldades criadas pela actual conjuntura económica, nomeadamente no contínuo agravamento da taxa de desemprego e forte contracção do mercado do Crédito, o Banco Credibom tem como objectivo manter em 2010 a posição de destaque que alcançou no mercado português de crédito ao consumo e aumentar os níveis de rentabilidade.

Em 2010 o Banco Credibom continuará a controlar de forma rigorosa os riscos de crédito e operacional ao mesmo tempo que prosseguirá o alargamento da oferta de produtos, de crédito e complementares, de forma a dar uma resposta global às diferentes necessidades dos Clientes e aprofundar as relações com os Parceiros de negócio, quer Automóvel quer Lar e Parcerias. A optimização de produtos e processos, a racionalização de custos, a exploração de novas oportunidades de negócio, e o desenvolvimento de ofertas de valor acrescentado para os clientes são algumas das vertentes a desenvolver de forma a continuar a merecer a preferência de clientes e parceiros bem como a confiança dos accionistas.

## Proposta de aplicação de resultados

Nos termos da sua competência estatutária e em conformidade com a vontade do Accionista, o Conselho de Administração tem a honra de apresentar à Assembleia-Geral, a seguinte proposta de aplicação do resultado negativo do exercício, no montante de 7.014.447,22 Euros.

	(Valores em Euros)
Para reserva legal	0
Para resultados transitados	(7.014.447,22)
Para distribuição aos accionistas	0
Total	(7.014.447,22)

## Distribuição de dividendos e pagamentos de prémios

Nos termos da sua competência estatutária e em conformidade com a vontade do Accionista, o Conselho de Administração tem a honra de apresentar à Assembleia-Geral, a seguinte proposta de distribuição de dividendos ao accionista no montante de 2,620,954.13 Euros incluídos na rubrica "Outras reservas e resultados transitados" na conta "Resultados transitados".

Adicionalmente o Conselho de Administração propõe o pagamento de um prémio aos colaboradores e órgãos sociais, relativo ao desempenho do exercício de 2009, no montante de 600 mil Euros, para o qual se encontra constituído o respectivo acréscimo de custos.

## Outras informações

Não se registaram situações cuja natureza se possa enquadrar nas alíneas d), e) e g) do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

## Nota Final

Ao concluir o Relatório de Gestão, o Conselho de Administração quer, uma vez mais, manifestar o seu agradecimento às autoridades monetárias e financeiras, pela atitude de diálogo e rigor com que acompanharam a actividade do Banco Credibom.

Um agradecimento, ainda, ao accionista pela franca cooperação prestada e aos nossos clientes pela preferência e fidelidade depositados no Banco, situação que nos honra e que procuraremos não defraudar no futuro.

Gostaríamos de salientar a contribuição, dedicação e o empenho demonstrado por todos os colaboradores, sem os quais o Banco não teria mantido a sua posição de líder no mercado português.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 2010

O Conselho de Administração



The background features a large, abstract shape on the left side that transitions from yellow at the top to green at the bottom. This shape is composed of numerous overlapping circles of varying sizes. To the right of this shape, a trail of smaller, semi-transparent bubbles or circles extends towards the top right corner. The overall aesthetic is clean and modern, with a focus on organic, bubbly forms.

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS

## BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

Variáveis de Gestão e Indicadores	Notas	Activo	Imparidade e	Activo	Activo
		Bruto	Amortizações	Líquido	Líquido
		31 Dez 09		31 Dez 08	
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	28	3.700	-	3.700	4.818
Disponibilidade em outras instituições de crédito	28	3.600.737	-	3.600.737	5.671.811
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	13	760	-	760	760
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	-
Crédito a clientes	14, 15	1.308.729.797	133.398.543	1.175.331.253	1.146.950.153
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Activos não concorrentes detidos para venda	-	-	-	-	-
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-
Outros activos tangíveis	16	9.069.257	5.467.680	3.601.577	4.126.087
Diferença consolidação positiva ( <i>Goodwill</i> )	17	52.205.335	4.356.088	47.849.247	52.205.335
Activos intangíveis	17	25.056.157	19.246.346	5.809.811	5.800.804
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Activos por impostos correntes	12, 18	1.265.878	-	1.265.878	506.254
Activos por impostos diferidos	12, 18	4.763.577	-	4.763.577	4.072.310
Outros activos	19, 23	17.756.470	580.283	17.176.187	20.686.614
<b>Total de Activo</b>		<b>1.422.451.665</b>	<b>163.048.940</b>	<b>1.259.402.725</b>	<b>1.240.024.946</b>
<b>Passivo</b>					
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros ao ajusto valor através de resultados	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	20	-	-	1.004.132.104	1.032.032.500
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-
Passivos financeiros associados e activos transferidos	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Provisões	15	-	-	16.703.724	16.380.549
Passivos por impostos correntes	12	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos	12, 18	-	-	643.571	1.287.142
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	21	-	-	27.153.521	27.272.916
Outros passivos	19, 23	-	-	51.216.405	50.460.016
<b>Total de Passivo</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.099.849.325</b>	<b>1.127.433.123</b>

Variáveis de Gestão e Indicadores	Notas	Activo Bruto	Imparidade e Amortizações	Activo Líquido	Activo Líquido
<b>Capital Próprio</b>					
Capital	24	-	-	124.000.000	69.000.000
Prémios de emissão	-	-	-	-	-
Outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-
Ações próprias	-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	-	-	-	-	-
Outras reservas e resultados transitados	25	-	-	42.567.848	40.470.600
Resultado do exercício	-	-	-	(7.014.447)	3.121.223
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-
<b>Total do Capital Próprio</b>	-	-	-	159.553.401	112.591.823
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>				1.259.402.725	1.240.024.946

Balanco em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
Valores expressos em Euros

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

	Notas	31 Dez 09	31 Dez 08
Juros e rendimentos similares	6	124.772.922	116.692.828
Juros e encargos similares	6	(59.218.958)	(53.815.970)
<b>Margem financeira</b>		65.553.964	62.876.858
Rendimentos de instrumentos de capital	-	2.762	-
Rendimentos de serviços e comissões	7	15.474.437	14.916.535
Encargos com serviços e comissões	7	(2.142.726)	(1.697.974)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	-	-
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-
Resultados de reavaliação cambial	-	(145)	-
Resultados de alienação de outros activos	8	-	1.530
Outros resultados de exploração	9	11.725.012	15.307.063
<b>Produto bancário</b>		90.613.304	91.404.012
Custos com pessoal	10, 23	(18.246.294)	(17.183.084)
Gastos gerais administrativos	11	(27.878.818)	(29.384.488)
Amortizações do exercício	16, 17	(2.155.741)	(2.113.643)
Provisões líquidas de reposições e anulações	15	(607.541)	(1.830.482)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	15	(45.119.394)	(36.881.694)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	-	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-	(4.936.371)	-
<b>Resultado antes de impostos</b>		(8.230.855)	4.010.621
Correntes	12	(118.430)	(2.707.597)
Diferidos	12	1.334.838	1.818.198
<b>Resultado Líquido do exercício</b>		(7.014.447)	3.121.223

Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
Valores expressos em Euros

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

Variáveis de Gestão e Indicadores	Notas	2009	2008
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Juros e proveitos recebidos	-	124.772.922	116.692.828
Juros e custos pagos	-	46.250.827	42.795.864
Serviços e comissões recebidas	-	15.474.437	14.916.535
Serviços e comissões pagas	-	15.110.857	12.718.081
Recuperação de créditos previamente abatidos	-	8.524.794	7.618.368
Pagamentos de caixa a empregados e a fornecedores	-	43.658.294	50.198.315
Outros fluxos operacionais	-	3.200.218	7.688.695
	-	46.952.393	41.204.167
<b>Varição nos activos operacionais</b>			
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	10
Crédito a clientes	-	77.593.532	172.373.093
Outros activos operacionais	-	3.716.160	11.166.564
<b>Varição nos passivos operacionais</b>			
Recursos de instituições de crédito	-	29.146.231	121.138.789
Outros passivos operacionais	-	1.517.126	834.021
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros</b>	-	<b>101.506.477</b>	<b>61.566.837</b>
Impostos sobre os lucros pagos	-	878.054	2.714.242
	-	55.432.138	23.076.911
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Compra de imobilizações	-	1.640.214	1.587.863
Venda de imobilizações	-	-	1.530
	-	1.640.214	1.586.333
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Aumento de capital	-	55.000.000	11.000.000
Dividendos de acções ordinárias pagas	-	-	16.924.530
<b>Fluxos de caixa líquidos de actividades de financiamento</b>	-	<b>55.000.000</b>	<b>5.924.530</b>
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	-	160	-
<b>Varição líquida em caixa e seus equivalentes</b>	-	<b>2.072.192</b>	<b>30.587.774</b>
Caixa e equivalentes no início do período	28	5.676.629	36.264.403
Caixa e equivalentes no fim do período	28	3.604.437	5.676.629
	-	2.072.192	30.587.774

Valores expressos em Euros

## DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Variáveis de Gestão e Indicadores	Capital Social	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	58.000.000	8.939.084	41.683.308	8.332.073	116.954.466
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	9.425.664	7.498.866	16.924.530
Transferência para reserva legal	-	833.208	-	833.208	-
Aumento de capital	11.000.000	-	-	-	11.000.000
<b>Rendimento Integral</b>	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício 2008	-	-	-	3.121.223	3.121.223
<b>Outro rendimento Integral</b>	-	-	-	-	-
Amortização de diferença em responsabilidade com pensões (Transição IFRS)	-	-	1.559.336	-	1.559.336
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	69.000.000	9.772.292	30.698.30	3.121.22	112.591.823
Transferência para resultados transitados	-	-	2.809.100	2.809.100	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
Transferência para reserva legal	-	312.122	-	312.122	-
Aumento de capital	55.000.000	-	-	-	55.000.000
<b>Rendimento Integral</b>	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício 2009	-	-	-	(7.014.447)	7.014.447
<b>Outro rendimento Integral</b>	-	-	-	-	-
Amortização de diferença em responsabilidade com pensões (Transição IFRS)	-	-	1.023.975	-	1.023.975
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	124.000.000	10.084.414	32.483.433	7.014.447	159.553.400

Demonstração de Alterações no Capital Próprio  
Valores expressos em Euros

## DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTO INTEGRAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

	Notas	2009	2008
Resultado Líquido do exercício		7.014.447	3.121.223
<b>Outro rendimento Integral</b>			
Amortização de diferença em responsabilidade com pensões (Transição IFRS)	23	1.023.975	1.559.336
<b>Rendimento integral do exercício</b>		8.038.422	1.561.887

Demonstração de Rendimento Integral dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
Valores expressos em Euros





# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Introdução

O Banco Credibom, S.A. (adiante designado por Credibom ou Banco), foi constituído em 3 de Novembro de 1995 como CREDIBOM - Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A., a qual foi transformada em Instituição Financeira de Crédito no início de 2004.

Em Setembro de 2007 foi obtida a autorização necessária do Banco de Portugal para a transformação da Credibom - Instituição Financeira de Crédito, S.A. em Banco Credibom, S.A. Em 17 de Outubro desse ano foi efectuado o registo da escritura de transformação na Conservatória do Registo Comercial, pelo que a partir dessa data a instituição financeira começou a laborar como Banco. O Banco tem como principal objecto as actividades permitidas por lei aos bancos.

Desde a data da sua constituição, o Banco vem operando a partir da sua sede social, inicialmente em Lisboa e, desde 1998, na Av. General Norton de Matos, nº 71 - 3º - 1495 - 148 Algés. O início efectivo da actividade creditícia ocorreu em Janeiro de 1996.

Por escritura de 13 de Janeiro de 2006, o Banco procedeu à fusão por incorporação da Crédilar - Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Crédilar), a qual teve efeitos a partir de 1 de Julho de 2005 data em que o Credibom assumiu o controlo desta Sociedade.

O Banco integra o Grupo Crédit Agricole, S.A., e tem como único accionista a Sofinco e, consequentemente, as suas operações e transacções são influenciadas pelas decisões do Grupo.

### NOTA 1 - BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E COMPARABILIDADE

As demonstrações financeiras do Banco relativamente a 31 de Dezembro de 2009 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respectivo suporte documental, mantidos de acordo com as disposições emitidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, tendo sido aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 10 de Fevereiro de 2010.

No exercício de 2006, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005 de 21 de Fevereiro, as demonstrações financeiras do Banco passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, tais como:

- a carteira de crédito e garantias está sujeita à constituição de provisões para riscos específicos e riscos gerais de crédito, nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005, de 21 de Fevereiro e a valorimetria desta componente deverá ser efectuada de acordo com o disposto no Aviso nº 1/2005;
- o impacto ao nível das responsabilidades por pensões de reforma, resultante da aplicação do IAS 19 com referência a 31 de Dezembro de 2005 poderá ser reconhecido em resultados transitados, através de um plano de prestações uniformes por um prazo de 5 anos, com excepção da parte relativa a responsabilidades por cuidados médicos pós-emprego e alteração dos pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para as quais o prazo se estende até aos 7 anos, conforme definido nos Avisos do Banco de Portugal nº 4/2005 e nº 12/2005, de 21 de Fevereiro e 22 de Dezembro, respectivamente.

Adicionalmente, o Aviso do Banco de Portugal nº 7/2008, de 14 de Outubro, veio permitir que o reconhecimento, em resultados transitados, do impacto que a 30 de Junho de 2008 ainda se encontra por reconhecer, ao abrigo do plano de amortização acima, pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes com a duração adicional de três anos face à duração ali prevista; e

- os activos tangíveis são mantidos ao custo de aquisição, salvo quando se verificarem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais valias daí resultantes serão incorporadas em sub-rubrica apropriada da conta "Reservas legais de reavaliação".

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, e pelos respectivos órgãos antecessores.

Até 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras individuais do Credibom foram preparadas e apresentadas de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB) estabelecido pelo Banco de Portugal através da Instrução nº 4/96, de 17 de Junho. O Credibom apresentou em 2006, pela primeira vez, as demonstrações financeiras de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração definidos nas Normas de Contabilidade Ajustadas.

## NOTA 2 - PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

### 2.1 Activos financeiros

Os activos financeiros são reconhecidos pelo Banco na data de negociação ou contratação. Nos casos em que por imposição contratual ou legal/regulamentar os direitos e obrigações subjacentes se transferem em datas diferentes, será utilizada a última data relevante.

O Credibom classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, empréstimos e contas a receber e activos financeiros disponíveis para venda. A gestão determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial.

Para efeitos de interpretação, o justo valor é o montante pelo qual um activo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e com igual interesse em efectuar a transacção. Na data de transacção ou negociação de uma operação, o justo valor é geralmente o valor pelo qual foi efectuada a transacção. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor de activos financeiros é determinado com base em:

- preços de um mercado activo; e
- tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Para os casos em que não é possível calcular com fiabilidade o justo valor, nomeadamente instrumentos de capital ou instrumentos financeiros derivados sobre instrumentos de capital, o registo é efectuado ao custo de aquisição.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou quando o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

#### 2.1.1 Activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros designados na opção de justo valor. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se o principal objectivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela Administração, respectivamente.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os activos financeiros que cumpram os seguintes requisitos:

- eliminem ou reduzam significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento;
- um grupo de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo é fornecida internamente aos colaboradores chave da gestão da entidade nessa base; ou
- se um contrato contiver um ou mais derivados embutidos, que segundo o IAS 39 têm de ser bifurcados.

Os instrumentos financeiros derivados também são classificados nesta categoria como activos financeiros detidos para negociação, excepto quando fazem parte de uma relação de cobertura. A avaliação destes activos é efectuada diariamente com base no justo valor. O valor de balanço dos instrumentos de dívida que se encontram registados nesta categoria inclui o montante de juros corridos e não cobrados. Os ganhos e perdas resultantes de variações de justo valor são reconhecidos em resultados.

#### 2.1.2 Crédito e outros valores a receber

O crédito e outros valores a receber compreende todos os activos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a actividade típica da concessão de crédito a clientes, incluindo créditos tomados (*factoring*) e operações de locação financeira mobiliária e imobiliária, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade do Banco e exclui as operações com instituições de crédito.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo valor nominal e não pode ser reclassificado para as restantes categorias de activos financeiros.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos que sejam considerados incrementais (associados à operação de crédito) são periodificados ao longo da vida das operações de acordo com o método de taxa efectiva, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando expiram os direitos contratuais do Banco à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

O Credibom classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros corridos que continuem a ser devidos após 15 dias do seu vencimento. Nos créditos em contencioso todas as prestações de capital são consideradas vencidas (vincendas ou vencidas).

O Credibom procede à anulação dos juros vencidos que ao final de 90 dias ainda não tenham sido dados como cobrados. Estes juros voltam a ser reconhecidos como proveitos quando efectivamente cobrados.

O Credibom procede ao abate de créditos ao activo (*write-offs*) de operações que considere irrecuperáveis e cujas

provisões estejam constituídas pelo valor total da operação.

As garantias prestadas e compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados nas contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões, juros ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

### 2.1.3 Classes de instrumentos financeiros (activos financeiros)

O quadro de classes de instrumentos financeiros (activos financeiros) a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é como se segue:

### 2.2 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor e incluem os instrumentos financeiros derivados com valor negativo e vendas a descoberto.

Os outros passivos financeiros, essencialmente, incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Variáveis de Gestão e Indicadores	Empréstimos e contas a Receber	Activos pelo justo valor por via de resultados	Derivados de cobertura	Disponíveis para venda	Total
<b>31 de Dezembro de 2009</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	-	-	-	4
Disponibilidades em outras inst. de crédito	3.601	-	-	-	3.601
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	1	-	-	1
<b>Aplicações em instituições de crédito</b>	-	-	-	-	-
Crédito a clientes	1.308.730	-	-	-	1.306.730
Outros activos	11.228	-	-	-	11.228
<b>Total</b>	<b>1.323.563</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.323.564</b>
<b>31 de Dezembro de 2008</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	-	-	-	5
Disponibilidades em outras inst. de crédito	5.672	-	-	-	5.672
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	1	-	-	1
<b>Aplicações em instituições de crédito</b>	-	-	-	-	-
Crédito a clientes	1.253.391	-	-	-	1.253.391
Outros activos	13.854	-	-	-	13.854
<b>Total</b>	<b>1.272.922</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.272.923</b>

### 2.2.1 Classes de instrumentos financeiros (passivos financeiros)

O quadro de classes de instrumentos financeiros (passivos financeiros) a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é como se segue:

	Passivos pelo justo valor por via de resultados	Derivados de cobertura	Outros Passivos financeiros	Total
<b>31 de Dezembro de 2009</b>				
Recursos de outras instit. de crédito	-	-	1.004.132	1.004.132
Outros passivos subordinados	-	-	27.154	27.154
Outros passivos	-	-	27.489	27.489
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.058.775</b>	<b>1.058.775</b>
<b>31 de Dezembro de 2008</b>				
Recursos de outras instit. de crédito	-	-	1.032.033	1.032.033
Outros passivos subordinados	-	-	27.273	27.273
Outros passivos	-	-	26.327	26.327
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.085.633</b>	<b>1.085.633</b>

### 2.3 Goodwill

De acordo com o IFRS 3, as diferenças de consolidação negativas - *goodwill* - correspondentes à diferença entre o custo de aquisição (incluindo despesas) e o justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis das empresas filiais na data de assumpção do respectivo controlo, são registadas como activo e sujeitas a testes de imparidade (nos termos do IFRS 3 e IAS 36 e 39), não sendo permitido o seu abate, imediato ou faseado, aos capitais próprios.

### 2.4 Reconhecimento de juros

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam consideradas parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

## 2.5 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados, são reconhecidos em resultados no período a que se referem; e
- rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

## 2.6 Activos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica essencialmente custos de aquisição de sistemas de tratamento automático de dados, quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que o custo é incorrido.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida esperada, que regra geral corresponde a um período entre 3 a 5 anos (ver Nota 17).

Os encargos com a manutenção de *software* são reconhecidos como custo quando incorridos.

## 2.7 Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis são activos utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua actividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhes são directamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

A amortização é calculada a partir do mês de entrada em funcionamento dos bens, segundo o método das quotas constantes, às taxas previstas na lei fiscal, as quais se consideram razoavelmente representativas da vida útil estimada dos respectivos bens.

As taxas actualmente aplicadas aos outros activos tangíveis, que reflectem a vida útil esperada dos bens, são as seguintes (ver Nota 17):

	Anos de vida útil
Imóveis	50
Mobiliário e material	8
Equipamento informático	3-5
Máquinas e ferramentas	4-10
Instalações interiores	4-10
Material de transporte	4-10
Outros	4-10

## 2.8 Locação financeira

A contabilização de um contrato de locação é efectuada de acordo com o tipo de contrato, isto é, se o Banco assume o papel de locador ou locatário.

### Como locador:

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados em proveitos, enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor global do crédito inicialmente concedido. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

### Como locatário:

Excepto quanto a uma operação de dação em cumprimento de imóvel com contrato de locação financeira associado, os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo, na rubrica Outros activos tangíveis por contrapartida da rubrica Outros passivos, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. Os outros activos tangíveis são amortizados conforme descrito na Nota 2.7.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em custos e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzido à rubrica Outros passivos. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

## 2.9 Provisões para crédito e juros vencidos, para créditos de cobrança duvidosa e para riscos gerais de crédito

O Banco constitui provisões para crédito e juros vencidos, para créditos de cobrança duvidosa e para riscos gerais de crédito, de acordo com a actual versão do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal.

### (i) Provisão para crédito e juros vencidos

Esta provisão, apresentada no activo como dedução à rubrica Crédito a clientes, destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas, de capital ou juros. Conforme disposto na versão actual do Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, o montante a provisionar é função do período decorrido após o respectivo vencimento e da eventual existência de garantias, excluindo os créditos concedidos ao Sector Público Administrativo.

### (ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

As provisões para créditos de cobrança duvidosa são apresentadas no activo como dedução à rubrica Crédito a clientes e destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança das prestações vincendas relativas a créditos daquela natureza não vencidos. Esta provisão é calculada mediante a aplicação de uma percentagem não inferior a 50% da percentagem média de cobertura por provisões para crédito vencido relativa ao cliente em questão, sobre o capital financiado e não vencido.

### (iii) Provisão para riscos gerais de crédito

A provisão para riscos gerais de crédito, cujo valor satisfaz as orientações do Banco de Portugal fixadas no Aviso acima mencionado, é de natureza geral e destina-se a fazer face a riscos de crédito não identificados especificamente.

Encontra-se registada no passivo, na rubrica Provisões, e corresponde tendo em conta a sua natureza, a 1% ou a 1,5% do total do crédito não vencido concedido pelo Credibom, incluindo o representado por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga. À base de cálculo desta provisão são deduzidos os créditos concedidos ao Sector Público Administrativo.

## 2.10 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Credibom tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

## 2.11 Benefícios aos empregados

### Pensões de reforma

Conforme previsto no Acordo Tripartido celebrado em 9 de Dezembro de 2008 entre o Governo, Associação Portuguesa de Bancos e os três Sindicatos dos bancários, os novos trabalhadores do sector bancário, contratados após 1 de Janeiro de 2009, serão integrados no Regime Geral da Segurança Social (RGSS).

Desta forma, após a publicação do Decreto-Lei nº 54/2009, de 2 de Março, os novos trabalhadores deixam de estar abrangidos pelo plano de pensões de benefício definido do Credibom, que segue o estipulado no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) do Sector Bancário, com algumas excepções, especialmente ao nível do salário pensionável.

Conforme constante no ACTV do Sector Bancário de 2008, publicado no BTE nº 3 de 22 de Janeiro de 2009, estes trabalhadores inscritos no Regime Geral da Segurança Social, serão abrangidos por um plano de contribuição definida, complementar de reforma e com direito adquiridos. Este Plano será financiado conjuntamente pelas contribuições das Instituições de crédito e dos trabalhadores.

Nestas circunstâncias e para fazer face às responsabilidades, com pensões de reforma e de sobrevivência calculadas de acordo com o ACTV, para com os empregados e respectivas famílias, o Banco aderiu, em 1996, como associada ao Fundo de Pensões GES.

O fundo de pensões é suportado através de contribuições efectuadas, com base nos montantes determinados por cálculos actuariais periódicos. O valor do fundo de pensões corresponde ao justo valor dos seus activos à data de balanço.

O Banco determina anualmente o valor actual das responsabilidades passadas por pensões de reforma através de avaliações efectuadas por actuários qualificados e independentes utilizando o método de *Project Unit Credit*. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) utilizados têm por base expectativas à data de balanço para o crescimento dos salários e a tábua de mortalidade que se adequa à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas com baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

Contabilisticamente, o passivo reconhecido em balanço nos Outros passivos, relativamente aos planos de pensões de benefícios definidos é o valor actual das responsabilidades de benefício definido à data do balanço, menos o justo valor dos activos do plano conjuntamente com ajustamentos de ganhos/perdas actuariais não reconhecidas.

Os ganhos e perdas actuariais apurados anualmente, resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados, são reconhecidos e imputados a resultados com base no método do corredor. Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais acumulados no início do exercício que excedam 10% do maior de entre o valor presente da obrigação de benefícios definidos e o valor do fundo também reportados ao início do ano, sejam reconhecidos em Despesas com custo diferido e no máximo imputados a resultados durante a média esperada da vida de trabalho dos empregados participantes no plano. O Banco amortiza os ganhos e perdas actuariais fora do corredor, em 10 anos, por contrapartida de resultados.

Os acréscimos de responsabilidades com serviços passados, nomeadamente os decorrentes da passagem de colaboradores à situação de reforma antecipada são reconhecidos como custos em resultados no período em que ocorrem. Até 30 de Junho de 2008, nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005, os desvios actuariais acumulados (positivos) e o acréscimo de responsabilidades resultante da aplicação do IAS 19 em 31 de Dezembro de 2005, foram reconhecidos na rubrica Outros Activos e estão a ser amortizados em resultados transitados de acordo com um plano de amortização de prestações uniformes em 5 anos, com início no exercício de 2006, com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para a qual esse plano de amortização terá a duração de 7 anos. O referido Aviso determina ainda a obrigatoriedade do financiamento integral pelo fundo das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo, excepto quanto às responsabilidades ainda não amortizadas nos termos acima referidos.

Adicionalmente, tendo por base o Aviso do Banco de Portugal nº 7/2008, o reconhecimento, em resultados transitados, do impacto que em 30 de Junho de 2008 ainda se encontrava por reconhecer ao abrigo do plano de amortização acima referido, irá ser atingido através de um plano de amortização de prestações uniformes com a duração adicional de três anos face à duração ali prevista.

Os Custos com pessoal do Banco incluem os seguintes custos, líquidos dos proveitos, relativos a responsabilidades por pensões de reforma:

- custo do serviço corrente (custo do ano);
- custo dos juros da totalidade das responsabilidades;
- rendimento esperado do Fundo de Pensões; e
- amortização de desvios actuariais ou de alterações de pressupostos fora do corredor.

#### Bónus a empregados

O bónus a empregados atribuído pelo Credibom é contabilizado em resultados no exercício a que respeita.

#### 2.12 Impostos sobre os lucros

O Credibom está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão

relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada que, em 31 de Dezembro de 2009 era de 25%, acrescida da derrama de 1,5%, ou seja, uma taxa nominal global de 26,5% (2008: 26,5%).

O Credibom regista impostos diferidos decorrentes (i) das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, para efeitos de tributação em sede de IRC e (ii) dos prejuízos fiscais apurados a utilizar em exercícios futuros. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

Os prejuízos fiscais apurados num exercício são dedutíveis aos lucros fiscais dos seis anos seguintes.

### 2.13 Instrumentos de Capital Próprio

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Todos os custos directamente atribuíveis à emissão de capital são registados por contrapartida de capitais próprios.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando a aprovação para efectuar o seu pagamento é estabelecida.

### 2.14 Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de activos e operações criados para providenciar produtos ou serviços, sujeitos a riscos e a benefícios, diferentes dos verificados noutros segmentos.

Um segmento geográfico está associado à oferta de produtos ou serviços num ambiente económico específico, caracterizado por ter riscos e benefícios distintos aos verificados em segmentos que operam em outros ambientes económicos.

### 2.15 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço

com maturidade inferior 3 meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa, as disponibilidades em bancos centrais, bem como as aplicações em instituições de crédito.

## 2.16 Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Na elaboração das demonstrações financeiras o Banco efectuou estimativas e utilizou pressupostos que afectam as quantias relatadas dos activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos factores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias. Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

- **Provisões para crédito concedido**

O Credibom apreciou a sua carteira de crédito no sentido de apurar sobre a necessidade de provisões para crédito adicionais aos limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal, utilizando para o efeito estimativas sobre os fluxos de caixa recuperáveis incluindo os originados pelas eventuais recuperações e realizações de colaterais.

- **Impostos sobre lucros**

O Credibom reconheceu impostos diferidos activos no pressuposto da existência de matéria colectável futura e tendo por base a legislação fiscal em vigor ou já publicada para aplicação futura. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos.

- **Pensões de reforma e outros**

As responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência são estimadas com base em tábuas actuariais e pressupostos de crescimento das pensões e salários (ver Nota 24). Estes pressupostos são baseados nas expectativas do Credibom à data do balanço, para o período durante o qual irão ser liquidadas as responsabilidades.

## NOTA 3 - GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

### 3.1 Gestão do risco

O Conselho de Administração do Banco é responsável por definir os objectivos da actividade, princípios e políticas de gestão, bem como as estratégias de risco e assegurar que dispõe de uma estrutura adequada para a sua implementação.

Assim a gestão de risco do Credibom é efectuada fundamentalmente em duas vertentes: risco de crédito e operacional. Para o efeito encontra-se em curso um projecto específico,

que tem como objectivo dotar o Credibom dos mecanismos necessários que permitam uma efectiva e eficiente gestão do risco e, simultaneamente, serem cumpridas as regras de aderência ao Novo Acordo de Capital - Basileia II.

### 3.2 Risco de crédito

O risco de crédito está associado ao grau de incerteza dos fluxos de caixa futuros, e resulta da incapacidade do cliente, ou contraparte, em cumprir as obrigações contratualmente estabelecidas com o Banco.

No âmbito do risco de crédito encontram-se em produção grelhas de *scoring* de aceitação e comportamentais especializadas por tipo de negócio. A gestão destas grelhas é efectuada por uma ferramenta informática específica, acompanhada por uma unidade organizacional vocacionada para o risco de crédito.

Adicionalmente encontram-se parametrizadas informaticamente limitações automáticas na aprovação de crédito, que apenas poderão ser derogadas de acordo com normas claramente definidas. É efectuado um controlo periódico do incumprimento dos novos contratos de crédito, tendo por base períodos distintos da vida do contrato.

No contexto da actividade do Credibom, existe a função de Analista de Crédito, cuja actividade/tarefa é precisamente fazer a avaliação económico-financeira dos dados, sobre clientes e bens, comunicados/enviados pelos Pontos de Venda e a aceitação ou não da proposta, dentro das suas competências, e segundo as regras estabelecidas e os poderes de autorização atribuídos.

Encontra-se em vigor o Regulamento de Concessão de Crédito, que define o conjunto dos princípios ou regras subjacentes à decisão creditícia, os órgãos de concessão e as suas funções, composição, modo de funcionamento e os respectivos limites de competência.

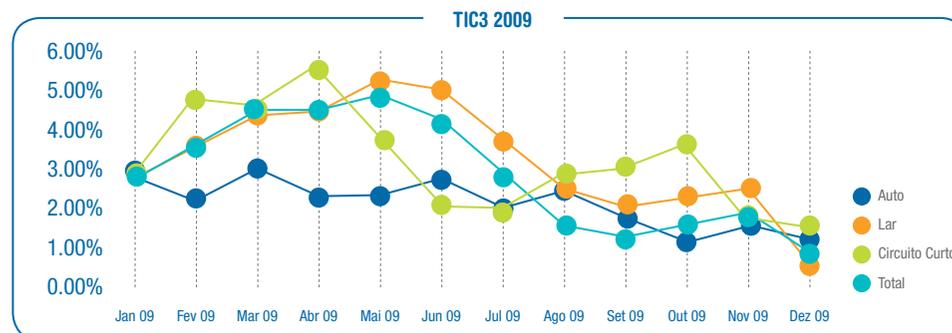
Todo o crédito concedido é acompanhado através de modelos estatísticos especificamente desenvolvidos, de forma a serem apurados os níveis de incumprimento de crédito, que poderão ter de vir a ser suportados pela empresa garantindo, numa óptica prudencial, a suficiência de fundos para a cobertura destes riscos. Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, a exposição máxima ao risco de crédito é, essencialmente, representada pelo valor do crédito a clientes (ver Nota 14).

O Banco não tem na sua carteira créditos que tenham sido sujeitos a renegociação. A qualidade da decisão da carteira financiada no ano de 2009 pode ser medida através da análise do TIC3. Este indicador dá-nos a informação sobre a percentagem de contratos que registaram incidentes significativos num período de 3 meses após a data da primeira

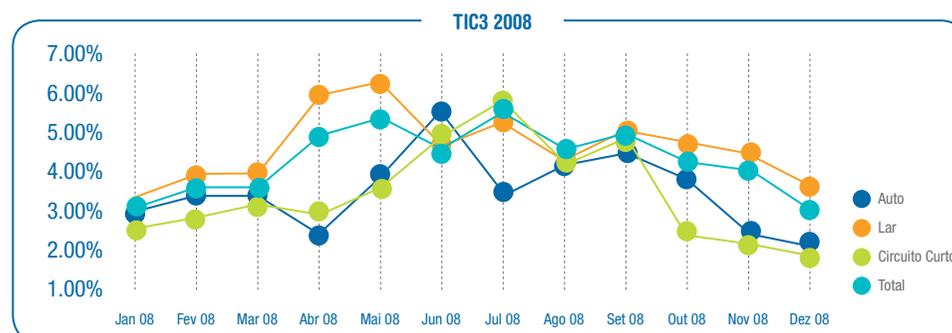
prestação cobrada ao cliente, face ao número total de contratos iniciados nesse mês. O Banco considera que se atingiu a situação de 'incidente significativo' quando se verifica um atraso no recebimento da prestação superior a 45 dias, entrada em contencioso ou passagem a *Write-off*. Após um incidente ter sido registado, esse crédito já não será retirado da desta análise mesmo que a situação de incumprimento seja regularizada. O Credibom utiliza também o TIC6, TIC9 e TIC12, indicadores cumulativos de incidentes, verificados a 6, 9 e 12 meses, respectivamente, a partir da data da 1ª prestação, à semelhança do TIC3.

De seguida, apresenta-se a evolução do indicador TIC 3 referente aos contratos financiados nos exercícios de 2009 e 2008:

TIC3												
	Jan 09	Fev 09	Mar 09	Abr 09	Mai 09	Jun 09	Jul 09	Ago 09	Set 09	Out 09	Nov 09	Dez 09
Auto	2,84%	2,18%	3,05%	2,15%	2,15%	2,38%	1,83%	2,20%	1,76%	1,19%	1,38%	1,23%
Lar	3,22%	3,88%	4,54%	4,65%	5,33%	4,81%	3,35%	1,93%	1,73%	1,93%	2,07%	0,92%
Circuito Curto	3,23%	5,15%	4,82%	5,67%	3,85%	2,29%	2,36%	3,03%	3,16%	3,43%	1,78%	1,53%
Total	3,18%	3,87%	4,42%	4,50%	4,84%	4,25%	3,06%	2,05%	1,86%	1,92%	1,92%	1,00%



TIC3												
	Jan 08	Fev 08	Mar 08	Abr 08	Mai 08	Jun 08	Jul 08	Ago 08	Set 08	Out 08	Nov 08	Dez 08
Auto	3,10%	3,35%	3,31%	2,55%	3,89%	5,65%	4,03%	4,80%	5,12%	4,53%	3,09%	2,79%
Lar	3,42%	4,23%	4,22%	5,73%	5,83%	4,85%	5,60%	4,66%	5,09%	5,06%	4,98%	4,07%
Circuito Curto	2,69%	2,96%	3,38%	2,86%	3,50%	4,66%	5,70%	4,51%	4,74%	2,96%	2,78%	2,75%
Total	3,33%	4,05%	4,09%	5,07%	5,40%	4,92%	5,41%	4,67%	5,07%	4,75%	4,55%	3,81%



### 3.3 Risco de mercado

O risco de mercado representa a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

O Banco está exposto ao risco cambial e ao risco da taxa de juro. Para além destes riscos, o Banco não está exposto a outros riscos de preço, uma vez que não é um *market maker* e não assume posições em dívida emitida, acções, moeda estrangeira e outros títulos, mercadorias ou em instrumentos financeiros equivalentes, nomeadamente, derivados.

#### 3.3.1 Risco cambial

O risco cambial é praticamente nulo, pois excepto quanto ao pagamento em dólares e libras de alguns serviços informáticos, todas as restantes transacções do Banco são negociadas e liquidadas em Euros.

#### 3.3.2 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro associado a fluxos de caixa corresponde ao risco dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variarem devido a alterações nas taxas de juro de mercado.

Excepto quanto aos empréstimos subordinados que representam 2,67% (2008: 2,68%) do financiamento obtido e às operações de locação financeira que representam 2,34% (2008: 2,40%) do crédito concedido a clientes, as taxas de juro contratadas pelo Banco são fixas. Consequentemente, o risco de uma variação nas taxas de juro traduz-se num impacto reduzido em resultados.

### 3.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma instituição de crédito não dispor de fundos necessários para fazer face, em cada momento, às suas obrigações de pagamento.

O Banco apresenta *a priori* um risco de liquidez reduzido, na medida em que apenas gere a sua carteira de *funding*.

A Tesouraria da Direcção Financeira e Administrativa é a área responsável pela análise e acompanhamento das necessidades de fundos (gestão da liquidez do Banco) requeridos para a sua actividade e por toda a negociação da contratação de operações para aquisição de dinheiro, naturalmente aprovadas pela Comissão Executiva, mediante a apresentação das várias propostas e respectivas condições (tipo de taxa de juro e seu valor, prazo do empréstimo, condições de amortização e/ou liquidação, etc.). Controla igualmente a

totalidade dos recebimentos e pagamentos efectuados em todas as contas do Banco sediadas em Portugal e no estrangeiro.

Mensalmente realiza-se o Comité de Tesouraria, onde é elaborado um relatório para a Comissão Executiva do Credibom que servirá de documento de base à tomada de decisões em matéria de ALM (*Asset Liability Management*). Na prática, o modelo ALM do Credibom concentra-se sobretudo na protecção contra o risco de taxa de juro, o que equivale à protecção das margens nos contratos de crédito à taxa fixa e à protecção das margens nos contratos de crédito sujeito à revisão.

A análise dos fluxos contratuais futuros dos passivos financeiros é apresentada como segue:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
<b>Vencimentos do balanço em 31 de Dezembro de 2009</b>						
Recursos de outras insti. de crédito	9.580	147.238	223.356	687.084	40.263	1.107.52
Outros passivos subordinados	9.052	71	216	16.434	3.215	28.988
Outros passivos	7.643	19.846	-	-	-	27.489
	26.275	167.155	223.572	703.518	43.478	1.163.99
<b>Vencimentos do balanço em 31 de Dezembro de 2008</b>						
Recursos de outras insti. de crédito	45.975	97.551	290.208	637.370	-	1.071.10
Outros passivos subordinados	158	247	1.219	13.169	20.041	34.834
Outros passivos	2.548	1.541	18.395	3.326	517	26.327
	48.681	99.339	309.822	653.865	20.558	1.132.26

### 3.5 Gestão do capital

O Credibom gere o seu capital de forma rigorosa, de forma a otimizar a sua alocação e garantir o cumprimento das normas prudenciais.

O acompanhamento da evolução da adequabilidade dos fundos próprios e do respectivo rácio de solvabilidade é efectuado de uma forma regular ao longo do ano, em conjunto com a evolução da actividade e tem em consideração as orientações estratégicas do Conselho de Administração e do Grupo em que o Banco se encontra inserido.

Com o objectivo de manter e garantir os rácios de solvabilidade mínimos exigidos pelo Banco de Portugal, o Banco Credibom, conforme referido na Nota 24, procedeu a três aumentos de capital no montante total de €55.000 milhares durante o ano de 2009.

Em anexo demonstra-se os níveis de solvabilidade para o ano de 2009 e 2008:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
Fundos Próprios de Base Elegíveis	95.121	50.834
Fundos Próprios Complementares	16.987	27.100
<b>Fundos Próprios Elegíveis</b>	<b>112.108</b>	<b>77.934</b>
Total dos Activos	755.925	1.034.218
Requisitos de Fundos Próprios	60.474	82.737
Fundos Próprios Disponíveis	51.634	(4.803)
<b>Rácio de Solvabilidade</b>	<b>14.8%</b>	<b>7.5%</b>

#### NOTA 4 - JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os activos e passivos que se encontram registados no balanço do Banco ao custo amortizado são:

- Caixa e disponibilidades em bancos centrais - considera-se que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor, considerando os curtos prazos associados a esse instrumento financeiro;
- Disponibilidades em outras instituições de crédito - são constituídas por depósitos à ordem, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registadas, considerando que as taxas aplicáveis a estes activos são taxas de mercado;
- Aplicações em instituições de crédito - são constituídas por depósitos a prazo, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registados, considerando que as taxas aplicáveis a estes activos são taxas de mercado;
- Crédito a clientes - o justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Assim, o justo valor é idêntico ao valor contabilístico, considerando que as taxas aplicáveis são taxas de mercado;
- Recursos de outras instituições de crédito - considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor; e
- Passivos subordinados - o justo valor é idêntico ao valor porque se encontram registados, considerando que as taxas aplicáveis são taxas de mercado.

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008 não foram identificados activos e passivos financeiros contabilizados ao custo amortizado e cujo valor de balanço difira significativamente do seu justo valor.

#### NOTA 5 - ELEMENTOS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E DO BALANÇO VENTILADOS POR LINHAS DE NEGÓCIO E POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

A actividade desenvolvida pelo Banco, na segmentação por linhas de negócio, enquadra-se como banca de retalho, onde deverão ser considerados todos os elementos da demonstração de resultados e do balanço. Adicionalmente, dado o Banco não ter Sucursais ou Filiais no estrangeiro, todos os proveitos e custos gerados resultaram de operações realizadas em Portugal.

#### NOTA 6 - MARGEM FINANCEIRA

No quadro que se segue pode ser analisada a decomposição desta rubrica:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
<b>Juros e Rendimentos Similares</b>		
Juros de disponibilidade em outras instituições de crédito	5	21
Juros de disponibilidade em outras instituições de crédito no estrangeiro	57	307
Juros de créditos a clientes	111.401	102.797
Outros juros e rendimentos similares	13.310	13.568
	124.773	116.693
<b>Juros e Encargos Similares</b>		
Juros de recursos de outras instituições de crédito	45.444	40.669
Juros de passivos subordinados	735	2.007
Juros de credores	72	120
Comissões pagas associadas ao custo amortizado de operações passivas	12.968	11.020
	59.219	53.816
<b>Margem Financeira</b>	<b>65.554</b>	<b>62.877</b>

#### NOTA 7 - RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
<b>Rendimentos de Serviços e comissões</b>		
Comissão bancária - clientes	3.009	2.069
Comissão bancária - atraso	8.254	8.193
Comissão bancária - liquidação antecipada	542	1.057
Comissão Seguros	3.669	3.598
	15.474	14.917
<b>Encargos de Serviços e Comissões</b>		
Operação de crédito	8	4
Outros serviços bancários prestados por terceiros	1.608	1.571
Comissões	527	123
	2.143	1.698

#### NOTA 8 - RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
Mais valias decorrentes da alienação de imobilizado corpóreo	-	2
	-	2

**NOTA 9 - OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO**

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
<b>Outros proveitos de exploração</b>		
Reembolso de despesas	680	1.145
Recuperação de crédito, juros e despesas	8.525	7.618
Outros	3.045	7.266
	<b>12.250</b>	<b>16.029</b>
<b>Outros custos de exploração</b>		
Outros impostos	29	30
Quotizações e donativos	28	14
Contribuições para o FGD e FGCAM	18	67
Outros	450	611
	<b>525</b>	<b>722</b>
<b>Outros resultados de exploração</b>	<b>11.725</b>	<b>15.307</b>

**NOTA 10 - CUSTOS COM PESSOAL**

Os custos com pessoal podem ser analisados no quadro que se segue:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
<b>Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização</b>		
Remuneração mensal	421	460
Remunerações adicionais	(6)	75
Outras remunerações	3	18
<b>Remuneração de empregados</b>		
Remuneração mensal	8.931	8.449
Remunerações adicionais	2.761	2.752
Subsídio de Morte	79	68
Prémio realização objectivos	502	
Distribuição de resultados	600	410
<b>Encargos sociais obrigatórios</b>		
Encargos relativos a remunerações	2.066	1.970
Fundo de pensões (ver Nota 23)	2.109	1.384
Outros encargos sociais obrigatórios	273	116
<b>Outros custos com pessoal</b>		
Indemnização caducidade contrato	173	502
Outros custos com pessoal	334	509
	<b>18.246</b>	<b>17.183</b>

O quadro dos trabalhadores ao serviço do Banco em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 encontrava-se distribuído pelas seguintes grandes categorias profissionais:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
Administração	2	4
Direcção	19	20
Quadros técnicos	184	181
Administrativos	247	266
	452	471

#### NOTA 11 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

A decomposição desta rubrica é a que se segue:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
Serviços especializados	17.590	17.963
Comunicações	3.174	3.136
Publicidade e edição de publicações	2.139	3.213
Rendas e alugueres	2.136	2.059
Material de consumo corrente	717	646
Deslocação, estadas e representação	507	668
Água, energia e combustíveis	375	511
Formação de pessoal	369	209
Conservação e reparação	148	175
Outros	724	804
	27.879	29.384

Os serviços especializados podem ser analisados como segue:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
Avenças e honorários	4.836	5.469
Judiciais, contencioso e notariado	4.797	3.927
Informática	2.002	2.175
Informações	639	842
Outros	261	223
Outros serviços especializados	5.055	5.327
	17.590	17.963

#### NOTA 12 - IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

Os lucros apurados pelo Banco são tributados em sede de IRC e correspondente derrama. O pagamento dos impostos sobre lucros é efectuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam.

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
<b>Apuramento do imposto corrente sobre o rendimento</b>		
Resultado antes de impostos	(8.231)	4.011
Variações patrimoniais	2.388	2.388
Provisões para crédito não aceites fiscalmente (valor líquido)	(623)	4.448
Imparidade <i>goodwill</i>	4.356	-
Benefícios fiscais	(490)	(490)
Fundo de Pensões e outros benefícios pós-emprego	2.238	(1.469)
Outros	369	453
Rendimento tributável	7	9.422
Imposto corrente sobre o rendimento (1)	2	2.497
Despesas tributadas autonomamente	1.356	1.549
Imposto corrente sobre o rendimento (2)	136	155
<b>Reconciliação entre o custo do exercício e o saldo em balanço</b>		
Imposto corrente sobre o rendimento		
• Reconhecimento como custo no exercício (1) + (2) (*)	138	2.652
• Menos: Pagamentos por conta e especial por conta	1.404	3.158
• Saldo corrente a pagar (receber) - ver nota 18	(1.266)	(506)

(\*) Adicionalmente, foram reconhecidos €20 milhares em proveitos do exercício (2008: €55 milhares em custos do exercício) relativamente a correcções da estimativa do exercício anterior.

Os impostos diferidos activos e passivos são registados quando existe uma diferença temporária entre o valor de um activo ou passivo e a sua base de tributação. O seu valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros. Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

A taxa nominal de imposto e a carga fiscal efectivamente verificada nos exercícios de 2009 e 2008 é como se segue:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
<b>Imposto corrente:</b>		
• Do exercício	138	2.652
• De exercícios anteriores	(20)	55
<b>Impostos diferidos:</b>		
Registo e reversão de diferenças temporárias	(1.335)	(1.818)
<b>Total do imposto registado em resultados (1)</b>	<b>(1.217)</b>	<b>889</b>
<b>Resultado antes de impostos (2)</b>	<b>(8.231)</b>	<b>4.011</b>
<b>Carga Fiscal (1) (2)</b>	<b>14.8%</b>	<b>22.2%</b>

A taxa nominal de imposto corrente decompõe-se como segue:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
IRC	25.00%	25.00%
Derrama	1.50%	1.50%
	<b>26.50%</b>	<b>26.50%</b>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, o valor dos impostos diferidos activos e passivos registados no balanço é como segue:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
<b>Impostos diferidos</b>		
• Activos	4.764	4.072
• Passivos	(644)	(1.287)
	<b>4.120</b>	<b>2.785</b>
<b>Registados por contrapartida de:</b>		
• Resultado do exercício	(1.335)	(1.818)
	<b>(1.335)</b>	<b>(1.818)</b>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos registados durante o exercício de 2009 e 2008 é como segue:

Descrição	01.01.09	31.12.09	Impostos Diferidos		
			01.01.09	31.12.09	31.12.09
	Base para Imposto		Balço	Resultado	
Diferimento Comissões de crédito - Credibom	3.879	1.940	(1.028)	(514)	(514)
Diferimento Comissões de crédito - Crédilar	45	22	(12)	(6)	(6)
Imobilizado incorpóreo	(19)	(10)	5	3	2
Custos com aumento de capital	(64)	(31)	17	8	9
Prémios de antiguidade - Credibom e Crédilar	(1.109)	(1.165)	294	309	(15)
Provisões tributadas	(7.706)	(8.196)	2.042	2.172	(130)
Contribuição para o Fundo de Pensões	(3.102)	(6.233)	822	1.652	(830)
Rappel	936	467	(248)	(124)	(124)
Subsídio de Morte	(509)	(480)	135	127	8
Imparidade - Crédito a clientes	(2.796)	(1.685)	741	446	295
Imparidade - Activos tangíveis	-	(102)	-	27	(27)
Terreno	(64)	(75)	17	20	(3)
	(10.509)	(15.548)	2.785	4.120	(1.335)

Descrição	01.01.08	31.12.08	Impostos Diferidos		
			01.01.08	31.12.08	31.12.08
	Base para Imposto		Balço	Resultado	
Diferimento Comissões de crédito - Credibom	5.818	3.879	(1.542)	(1.028)	(514)
Diferimento Comissões de crédito - Crédilar	66	45	(18)	(12)	(6)
Imobilizado incorpóreo	(28)	(19)	8	5	3
Custos com aumento de capital	(94)	(64)	25	17	8
Prémios de antiguidade - Credibom e Crédilar	(954)	(1.109)	253	294	(41)
Provisões tributadas	(5.757)	(7.706)	1.526	2.042	(516)
Contribuição para o Fundo de Pensões	(3.308)	(3.102)	877	822	55
Rappel	1.401	936	(371)	(248)	(123)
Subsídio de Morte	(445)	(509)	118	135	(17)
Diferença entre operacional e ICBS	(323)	-	85	-	85
Imparidade - Crédito a clientes	-	(2.796)	-	741	(741)
Terreno	(25)	(64)	6	17	(11)
	(3.649)	(10.509)	967	2.785	(1.818)

#### NOTA 13 - OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico		
Participação no Millenium BCP - Prestação de Serviços, ACE	1	1
	1	1

Com a aquisição da Crédilar - Instituição Financeira de Crédito, SA, o Banco passou a deter uma participação no Millenium BCP - Prestação de Serviços, ACE, no valor de €750.

#### NOTA 14 - CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
<b>Operações de crédito ao consumo</b>		
Crédito AUTO	689.488	621.752
Crédito MOTO	9.133	6.332
Crédito LAR	298.392	360.986
Crédito <i>Revolving</i>	34.445	39.328
Crédito Empregados	1.426	1.532
Crédito <i>Stock</i>	7.392	7.978
Crédito Pessoal	35.796	8.847
Adiantamento Fundos	3.527	2.145
Contas Correntes Caucionadas	7.712	11.283
Outros	9.182	5.727
<b>Operações de locação financeira</b>		
Locação Financeira	24.464	24.910
Aluguer Financeiro		
• Sem caução	2.059	2.134
• Com caução	1.736	1.713
<b>Crédito vincendo sem imparidade</b>	<b>1.124.752</b>	<b>1.094.667</b>

(continuação)

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
Juros e Comissões a receber	4.551	6.742
<b>Despesas com encargo diferido</b>		
• Comissões, <i>Rappel</i> e imposto de selo	24.859	26.093
	29.410	32.835
<b>Crédito vencido</b>		
Até 90 dias	4.422	9.905
Mais de 90 dias	146.122	113.960
<b>Juros e despesas vencidos</b>		
Até 90 dias	4.024	2.024
<b>Crédito e juros vencidos</b>	154.568	125.889
<b>Saldo bruto de Crédito a clientes</b>	1.308.730	1.253.391
<b>Provisões</b>		
• Provisões para créditos de cobrança duvidosa	(2.969)	(3.021)
• Provisões para créditos e juros vencidos	(130.430)	(103.420)
	(133.399)	(106.441)
<b>Valor líquido de Crédito a clientes</b>	1.175.331	1.146.950

O crédito encontra-se provisionado de acordo com as regras de provisionamento definidas no Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal (ver Nota 2.9).

O movimento ocorrido nas provisões nos exercícios de 2009 e 2008 é apresentado na Nota 15 - Provisões e imparidade. Os juros a receber de adiantamentos efectuados estão incluídos no valor da carteira.

A rubrica de Crédito a Clientes, de acordo com o tipo de garantia, é a seguinte:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
<b>Crédito vincendo</b>		
• Crédito com garantias reais	724.340	648.875
• Crédito sem garantias	392.081	445.526
• Crédito com garantias pessoais	8.332	266
	1.124.752	1.094.667
<b>Crédito vencido</b>		
• Crédito com garantias reais	48.124	32.757
• Crédito sem garantias	97.767	91.080
• Crédito com garantias pessoais	4.652	28
	150.544	123.865

O justo valor das garantias dos créditos em carteira é o seguinte:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
Garantias reais (ver Nota 22)	821.536	537.499

O Credibom considera e classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros corridos que continuem a ser devidos após 15 dias do seu vencimento. A totalidade dos créditos vencidos encontra-se em imparidade, e desagrega-se por classe de atraso temporal (classes do Banco de Portugal), da seguinte forma:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
Até 3 meses	4.422	9.905
De 3 meses a 6 meses	4.332	5.469
De 6 meses até 9 meses	5.927	5.678
De 9 meses até 12 meses	14.762	10.191
De 12 meses até 36 meses	82.265	72.467
Mais de 36 meses	38.836	20.155
	150.544	123.865

As taxas de juro médias por tipo de produto para contratos iniciados durante o ano de 2009 e 2008 podem ser analisadas no quadro que se segue:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
Canal longo	10.81%	11.19%
Sub-total AUTO	9.34%	9.63%
Crédito Auto Novos	6.99%	7.66%
Crédito Auto Usados	9.93%	10.15%
Locação financeira e <i>renting</i>	6.47%	7.37%
Sub-total LAR	14.06%	13.83%
<i>Revolving</i> (do qual)	18.75%	21.00%
Canal Curto	14.16%	14.48%
Taxa global	11.40%	11.75%

As operações de Locação Financeira, em termos de prazos residuais, são apresentadas da seguinte forma:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
<b>Rendas e valores residuais</b>		
Até 1 ano	721	322
De 1 ano a 5 anos	23.280	13.452
Mais de 5 anos	8.656	9.180
	32.657	22.954
Juros Vincendos	(4.398)	5.803
<b>Investimento líquido</b>	<b>28.259</b>	<b>28.757</b>
<b>Capital Vencendo</b>		
Até 1 ano	700	330
De 1 ano a 5 anos	20.538	15.865
Mais de 5 anos	7.021	12.562
	28.259	28.757

#### NOTA 15 - PROVISÕES E IMPARIDADE

Os movimentos ocorridos nas provisões e imparidades durante os exercícios de 2009 e de 2008 foram os seguintes:

	Saldo em 31.12.08	Reforços	Reposições / Anulações	Utilizações	Saldo em 31.12.09
Provisões para crédito e juros vencidos	103.419	245.168	(200.000)	(18.157)	130.430
Provisões para créditos de cobrança	3.022	14.744	(14.775)	(22)	2.969
<b>Provisões apresentadas no activo</b>	<b>106.441</b>	<b>259.912</b>	<b>(214.775)</b>	<b>(18.179)</b>	<b>133.399</b>
Provisões para Riscos Gerais de Crédito	16.215	10.190	(9.701)	-	16.704
Provisões para Outros Riscos	165	-	-	(165)	-
<b>Provisões apresentadas no passivo</b>	<b>16.380</b>	<b>10.190</b>	<b>(9.701)</b>	<b>(165)</b>	<b>16.704</b>
<b>Total de provisões</b>	<b>122.821</b>	<b>270.102</b>	<b>(224.476)</b>	<b>(18.344)</b>	<b>150.103</b>

	Saldo em 31.12.07	Reforços	Reposições / Anulações	Utilizações	Saldo em 31.12.08
Provisões para crédito e juros vencidos	81.493	220.881	(176.222)	(22.733)	103.419
Provisões para créditos de cobrança	10.796	18.047	(25.811)	(10)	3.022
Provisões apresentadas no activo	92.289	238.928	(202.033)	(22.743)	106.441
Provisões para Riscos Gerais de Crédito	14.266	11.524	(9.574)	(1)	16.215
Provisões para Outros Riscos	323	2.906	(3.039)	(25)	165
Provisões apresentadas no passivo	14.589	14.430	(12.613)	(26)	16.380
<b>Total de provisões</b>	<b>106.878</b>	<b>253.358</b>	<b>(214.646)</b>	<b>(22.769)</b>	<b>122.821</b>

#### NOTA 16 - OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido na rubrica de activos tangíveis registados durante os exercícios de 2009 e de 2008 é como segue:

	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Amortizações do exercício	Alienações / Abates (liq.)	Transferências	Valor líquido em 31.12.09
Saldo em 31 de Dez. 2008							
Imóveis em locação financeira	2.500	(191)	-	(139)	-	-	2.170
Obras em edifícios arrendados	860	(485)	-	(42)	-	67	400
<b>Equipamento:</b>							
• Mobiliário e material	1.191	(737)	2	(101)	-	-	355
• Máquinas e ferramentas	203	(133)	-	(24)	-	-	46
• Equipamento informático	2.568	(2.321)	-	(155)	-	8	100
• Instalações interiores	1.412	(798)	-	(125)	-	4	493
• Equipamento de segurança	98	(71)	14	(13)	-	-	28
• Outro equipamento	116	(111)	-	(4)	-	-	1
Património artístico	27	(15)	-	(3)	-	-	9
Imobilizado em curso	13	-	66	-	-	(79)	-
	<b>8.988</b>	<b>(4.862)</b>	<b>82</b>	<b>(606)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.602</b>

	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Amortizações do exercício	Alienações / Abates (liq.)	Reg. Transferências	Valor líquido em 31.12.08
Saldo em 31.12.07							
Imóveis em locação financeira	2.500	(153)	-	(38)	-	-	2.309
Obras em edifícios arrendados	714	(427)	-	(58)	-	146	375
<b>Equipamento:</b>							
• Mobiliário e material	1.160	(634)	31	(103)	-	-	454
• Máquinas e ferramentas	187	(106)	16	(27)	-	-	70
• Equipamento informático	2.429	(2.095)	158	(245)	-	-	247
• Instalações interiores	1.405	(668)	6	(129)	-	-	614
• Equipamento de segurança	98	(57)	-	(14)	-	-	27
• Outro equipamento	116	(100)	-	(11)	-	-	5
Património artístico	27	(12)	-	(3)	-	-	12
Imobilizado em curso	146	-	13	-	-	(146)	13
	<b>8.782</b>	<b>(4.252)</b>	<b>224</b>	<b>(628)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.126</b>

#### NOTA 17 - GOODWILL E ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido no *goodwill* e nos activos intangíveis registados durante os exercícios de 2009 e de 2008 é como segue:

	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Amortizações do exercício	Alienações / Abates	Transferências	Imparidades	Valor líquido em 31.12.09
Saldo em 31.12.08								
<i>Goodwill</i>	52.205	-	-	-	-	-	(4.356)	47.849
Despesas de constituição	38	(38)	-	-	-	-	-	-
Custos plurianuais	208	(208)	-	-	-	-	-	-
Despesas de invest. e desenv.	479	(479)	-	-	-	-	-	-
Sist. trat. aut. dados	22.683	(16.973)	26	(1.549)	-	1.042	-	5.229
Imobilizado em curso	90	-	1.533	-	-	(1.042)	-	581
	<b>23.498</b>	<b>(17.698)</b>	<b>1.559</b>	<b>(1.549)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.810</b>

	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Amortizações do exercício	Alienações / Abates	Regula-rizações	Transfe-rências	Valor líquido em 31.12.08
Saldo em 31.12.07								
<i>Goodwill</i>	52.205	-	-	-	-	-	-	52.205
Despesas de constituição	38	(37)	-	(1)	-	-	-	-
Custos plurianuais	207	(207)	-	-	-	-	-	-
Despesas de invest. e desenv.	479	(478)	-	(1)	-	-	-	-
Sist. trat. aut. dados	17.433	(15.494)	73	(1.479)	-	(87)	5.265	5.711
Imobilizado em curso	4.173	-	1.291	-	-	(109)	(5.265)	90
	<b>22.330</b>	<b>(16.216)</b>	<b>1.364</b>	<b>(1.481)</b>	<b>-</b>	<b>(196)</b>	<b>-</b>	<b>5.801</b>

A rubrica de *goodwill* diz respeito à seguinte transacção:

A 30 de Junho de 2005 o Banco adquiriu ao Grupo Millennium BCP, a Crédilar - Instituição Financeira de Crédito, S.A., com sede na Rua Gonçalo Sampaio, nº 159, 1º andar, Porto, pelo montante de €65 milhões. Conforme referido na introdução deste Anexo, por escritura de 13 de Janeiro de 2006 o Banco procedeu à fusão por incorporação da Crédilar - Instituição Financeira de Crédito, S.A., a qual teve efeitos a partir de 1 de Julho de 2005, tendo-se apurado um *goodwill* de €51.946 milhares, calculado da seguinte forma (em milhares de euros):

	<i>Goodwill</i>
Valor de aquisição	65.000
Custos de aquisição	420
Capital social da Crédilar em 30 de Junho de 2005	(12.600)
Resultado líquido da Crédilar em 30 de Junho de 2005	(874)
	<b>51.946</b>
Reconhecimento de ajustamentos do Fundo de Pensões	259
<i>Goodwill</i>	52.205
Perda por imparidade de 31 de Dezembro de 2009	(4.356)
<i>Goodwill</i> - Valor líquido	<b>47.849</b>

De acordo com o IFRS 3, o *goodwill* gerado em concentrações empresariais é sujeito a testes de imparidade, não sendo permitido o seu abate, imediato ou faseado, aos capitais próprios.

O *goodwill* foi sujeito ao teste da imparidade em 2008 e em 2009. O resultado do teste efectuado em 2009 foi que a quantia recuperável é inferior à quantia escriturada do activo. Desta forma, e de acordo com a IFRS 3 foi efectuado um ajustamento ao *goodwill*, no montante de €4.356 milhares.

Os principais projectos que se encontram contabilizados em Activos intangíveis em curso, nos exercícios de 2009 e de 2008, são software de suporte a produtos específicos, cujo custo é determinado de modo fiável e os quais irão gerar benefícios económicos futuros. Assim, em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 a rubrica de Activos intangíveis - imobilizado em curso é composta pelos seguintes projectos:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
Upgrade DM7	543	-
Projecto B2B	38	-
Adiantamento de Fundos	-	90
<b>Imobilizado em curso</b>	<b>581</b>	<b>90</b>

O projecto de Upgrade DM7 corresponde a novos desenvolvimentos no *software* que gere actualmente todo o processo de recuperação da carteira de crédito. O projecto consiste na adaptação do *software* às necessidades específicas inerentes à actividade do Banco. Este projecto ainda está em curso, sendo a previsão para o seu término no 1º semestre de 2010.

#### NOTA 18 - IMPOSTOS ACTIVOS E PASSIVOS

A origem dos saldos em balanço dos impostos correntes e diferidos, activos e passivos, pode ser vista no quadro que se segue:

	31 Dezembro 2009		31 Dezembro 2008	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
<b>Impostos correntes</b>				
IRC	1.266	-	506	-
<b>Impostos diferidos</b>				
Diferimento Comissões do crédito	-	520	-	1.040
Rappel	-	124	-	247
Imobilizado incorpóreo	3	-	5	-
Custos com aumento de capital	8	-	17	-
Subsídio de Morte	127	-	135	-
Prémios de antiguidade	309	-	294	-
Provisões tributadas	2.172	-	2.042	-
Contribuição para o Fundo de Pensões	1.652	-	821	-
Imparidade	446	-	741	-
Imobilizado	27	-	-	-
Outros	20	-	17	-
	<b>4.764</b>	<b>644</b>	<b>4.072</b>	<b>1.287</b>
<b>Total de impostos em balanço (ver Nota 12)</b>	<b>6.030</b>	<b>644</b>	<b>4.578</b>	<b>1.287</b>

**NOTA 19 - OUTROS ACTIVOS E OUTROS PASSIVOS**

A decomposição da rubrica Outros Activos, encontra-se no quadro que se segue:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
<b>Outros Activos</b>		
Devedores e outras aplicações	8.149	10.352
Imóveis	3.430	1.565
Imparidades	(580)	-
	10.999	11.917
<b>Rendimentos a receber</b>		
Outros rendimentos a receber	229	356
<b>Despesas com encargo diferido</b>		
Fundo de pensões (ver Nota 23)	4.689	5.713
Outras rendas	22	22
Outras	1.237	1.097
	5.948	6.832
<b>Outras contas de regularização</b>		
Outras operações a regularizar	-	1.582
	17.176	20.687

A decomposição da rubrica Outros Passivos, encontra-se no quadro que se segue:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
<b>Credores e outros recursos</b>		
Sector Público administrativo	1.076	845
Cobranças por conta de terceiros	8	8
Contribuições p/out sistema de saúde	70	69
Credores diversos	4.834	4.964
	5.988	5.886
<b>Fundo de pensões (ver Nota 23)</b>		
Responsabilidades com pensões	24.894	24.891
Valor patrimonial do Fundo	(25.238)	(22.294)
Desvíos actuariais	10.371	4.723
	10.027	7.320
<b>Encargos a pagar</b>		
Outros encargos a pagar	11.730	12.357
<b>Receitas com rendimento diferido</b>		
Outras receitas com rendimento diferido	13.700	16.813

(continuação)

<b>Outras contas de regularização</b>		
Outras operações a regularizar	9.771	8.084
	51.216	50.460

Na rubrica Credores diversos está reflectido o capital em dívida da locação financeira efectuada em 2003 para aquisição do 3º andar das instalações Algés. No quadro seguinte está detalhado o capital em dívida à data do balanço, de acordo com o respectivo prazo de vencimento:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
Até 1 ano	203	176
De 1 a 5 anos	1.117	820
Mais de 5 anos	-	517
	1.320	1.513

Nesta rubrica também está reflectido o capital em dívida do contrato de locação financeira associado à operação de dação em cumprimento. No quadro seguinte está detalhado o capital em dívida à data do balanço, de acordo com o respectivo prazo de vencimento:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
Até 1 ano	218	201
De 1 a 5 anos	302	523
Mais de 5 anos	-	-
	520	724

**NOTA 20 - RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
<b>Recursos de IC's no País:</b>		
Empréstimos	24.000	24.000
Outros recursos	6.923	39.637
<b>Recursos de IC's no Estrangeiro</b>		
Empréstimos obtidos (ver Nota 26)	963.568	960.000
Juros a pagar	9.641	8.395
	1.004.132	1.032.032

Os empréstimos obtidos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 decompõem-se em 57 e 76 linhas de *funding*, respectivamente, obtidas junto do accionista Sofinco e do Banco Santander, com as maturidades dos seus *cash flows* futuros descritas na Nota 3.4. A taxa média ponderada em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 é de 4,47% e de 4,53%, respectivamente.

#### NOTA 21 - OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
Suprimento subordinado	-	-
Suprimento subordinado nº 2	9.000	9.000
Suprimento subordinado nº 3	10.000	10.000
Suprimento subordinado nº 4	5.100	5.100
Suprimento subordinado nº 5	3.000	3.000
Juros de passivos subordinados	54	173
	27.154	27.273

##### “Suprimento subordinado”

Em 17 de Outubro de 2003, o Banco emitiu um suprimento subordinado no montante de €10 milhões, por um período de 10 anos. Os juros vencem-se trimestral e postecipadamente em 17 de Janeiro, 17 de Abril, 17 de Julho e 17 de Outubro de cada ano, sendo calculados por referência à taxa de juro Euribor a 3 meses, acrescida de um *spread* de 0,75% ou de 1,25%, para os primeiros cinco anos ou do quinto ao décimo ano, respectivamente. Em Novembro de 2008 o Banco procedeu ao reembolso antecipado deste suprimento subordinado.

##### “Suprimento subordinado nº 2”

Em 14 de Janeiro de 2005, o Banco emitiu um suprimento perpétuo subordinado no montante de €9 milhões, por período indeterminado. Os juros vencem-se trimestral e postecipadamente em 14 de Abril, 14 de Julho, 14 de Outubro e 14 de Janeiro de cada ano, sendo calculado por referência à taxa de juro Euribor a 3 meses, acrescidas de um *spread* de 1,50% ou de 2,25%, para os primeiros cinco anos ou do quinto ao décimo ano, respectivamente. A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2009 é de 2,243% (2008: 6,881%).

##### “Suprimento subordinado nº 3”

Em 30 de Junho de 2005, o Banco emitiu um suprimento subordinado no montante de €10 milhões, por um período de 10 anos. Os juros vencem-se trimestral e postecipadamente em 30 de Setembro, 31 de Dezembro, 31 de Março e 30 de Junho de cada ano, sendo calculado com referência à taxa de juro Euribor a 3 meses, acrescida de um *spread* de 0,70% ou de 1,20%, para os primeiros cinco anos ou do quinto ao décimo ano, respectivamente. A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2009 é de 1,4060% (2008: 3,691%).

**“Suprimento subordinado nº 4”**

O Banco assumiu um suprimento subordinado, emitido pela Crédilar - Instituição Financeira de Crédito, S.A. a 13 de Maio de 2005, no montante de €5,1 milhões, por um período de 10 anos. Os juros vencem-se trimestral e postecipadamente em 10 de Fevereiro, 12 de Maio, 12 de Agosto e 11 de Novembro de cada ano, sendo calculado por referência à taxa de juro Euribor a 3 meses, acrescida de um *spread* de 0,41%. A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2009 é de 1,1250% (2008: 4,816%).

**“Suprimento subordinado nº 5”**

Em 30 de Junho de 2008, o Banco emitiu um suprimento subordinado no montante de €3 milhões, por um período de 10 anos. Os juros vencem-se trimestral e postecipadamente em 30 de Junho, 30 de Setembro, 31 de Dezembro e 31 de Março de cada ano, sendo calculado com referência à taxa de juro Euribor a 3 meses, acrescida de um *spread* de 2,125%. A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2009 é de 2,8310% (2008: 5,116%).

**NOTA 22 - EXTRAPATRIMONIAIS**

A situação extrapatrimonial do Banco é resumida na seguinte tabela:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
<b>Garantias recebidas</b>		
Garantias reais - activos recebidos em garantia (ver Nota 14)	821.536	537.499
	821.536	537.499
<b>Compromissos perante terceiros</b>		
Linhas de crédito revogáveis	203.167	200.980
Outros compromissos revogáveis	290	17
	203.457	200.997
<b>Compromissos assumidos por terceiros</b>		
Outros compromissos irrevogáveis	-	237
Linhas de crédito revogáveis	5.000	5.000
	5.000	5.237
<b>Outras contas extrapatrimoniais</b>		
Créditos abatidos ao activo	127.332	113.377
Juros vencidos abatidos ao activo	31.389	24.821
Rendas vincendas de operações de locação financeira	37.990	40.681
Contas diversas	(1.226.704)	(922.612)
	(1.029.993)	(743.733)

Os Compromissos perante terceiros decompõem-se em linhas de crédito revogáveis e outros compromissos revogáveis. Nas linhas de crédito revogáveis estão contabilizados os plafonds não utilizados dos clientes associados ao produto revolving. Nos outros compromissos revogáveis estão os plafonds não utilizados dos cartões de crédito dos empregados. A condição de revogável consiste no facto de ser possível o seu cancelamento ou alteração com o acordo expresso de alguma das partes envolvidas.

Os compromissos assumidos por terceiros detalham-se em outros compromissos irrevogáveis e linhas de crédito revogáveis. As linhas de crédito revogáveis dizem respeito a um acordo contratual efectuado com a Sofinco, pelo qual a conta de depósito à ordem pode ter um saldo credor até ao montante de €5.000 milhares.

As contas diversas representam, em conformidade com a legislação em vigor, as contrapartidas de todos os restantes movimentos.

**NOTA 23 - PENSÕES DE REFORMA, SOBREVIVÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS**

Conforme referido na Nota 2.11 o Banco assumiu responsabilidades pelo pagamento de Pensões de reforma por invalidez ou velhice e pensões de sobrevivência.

A determinação do montante das responsabilidades por serviços passados de colaboradores do Banco é efectuada em conformidade com o estabelecido no IAS 19.

Nestas circunstâncias, o Banco aderiu, em 1996, como associado ao Fundo de Pensões GES. Este Fundo de Pensões aberto é destinado a empresas do Grupo Espírito Santo sendo gerido pela ESAF - Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A. Em Dezembro de 2007, o Fundo de Pensões Credibom foi transferido para o Fundo de Pensões aberto Multireforma, continuando a ser gerido pela ESAF - Espírito Santo Fundo Pensões, S.A. Os activos inicialmente relacionados com o Fundo de Pensões Crédilar também se encontram no Fundo de Pensões aberto Multireforma, gerido pela ESAF - Espírito Santo Fundo Pensões, S.A.

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões são:

	31 Dez. 2009	31 Dez. 2008	31 Dez. 2009	31 Dez. 2008
	Pressupostos		Verificados	
<b>Hipóteses financeiras</b>				
Taxa de rendimento do Fundo	5.60%	5.60%	11.51%	-6.38%
Taxa de crescimento salarial	2.75%	2.75%	2.30%	3.29%
Taxa técnica de juro	5.57%	5.14%	5.14%	-
Taxa de crescimento das pensões	2.00%	2.00%	1.50%	2.60%
Inflação	2.00%	2.00%	-	-
<b>Hipóteses demográficas</b>				
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90	-	-
Tábua de invalidez	50% EVK 80	50% EVK 80	-	-
Tábua de turnover	Não utilizada	Não utilizada	-	-
Idade normal da reforma	65 anos	65 anos	-	-
Saída em serviço	Nenhuma	Nenhuma	-	-
<b>Métodos de valorização actuarial</b>	<i>Project Unit Credit Method</i>			

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, os pensionistas e colaboradores no activo beneficiários de planos de pensões financiados pelo fundo de pensões são em número de:

	31 Dez. 2009	31 Dez. 2008
Pensionistas por reforma	9	8
Colaboradores no activo	446	468

A 1 de Janeiro de 2005 o valor total dos desvios actuariais acumulados era positivo e no montante de €388 milhares. O Banco utilizou a excepção prevista no IFRS 1 e optou por reconhecer todos os desvios actuariais diferidos em balanço por contrapartida de resultados transitados. No entanto, ao abrigo do regime transitório estabelecido pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2005, até 30 de Junho de 2008 o Banco registou o montante total dos desvios actuariais por contrapartida de proveitos diferidos, os quais serão amortizados em resultados transitados de acordo com um plano de amortização de prestações uniformes em 5 anos (com início no exercício de 2006), com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para a qual esse plano de amortização terá a duração de 7 anos.

Adicionalmente, tendo por base o Aviso do Banco de Portugal nº 7/2008, o reconhecimento, em resultados transitados, do impacto que em 30 de Junho de 2008 ainda se encontrava por reconhecer ao abrigo do plano de amortização acima referido, irá ser atingido através de um plano de amortização de prestações uniformes com a duração adicional de três anos face à duração ali prevista.

A 31 de Dezembro de 2009 encontra-se registado na rubrica de Outros activos um montante de €4.689 milhares (2008: €5.713 milhares) relativos ao ajustamento de transição para as NCA (ver Nota 19). Esta rubrica teve o seguinte movimento no exercício de 2009:

	31 Dez. 2009	31 Dez. 2008
Saldo inicial	5.713	7.272
Amortização (resultados transitados) - ver Nota 25	(1.024)	(1.559)
<b>Saldo final</b>	<b>4.689</b>	<b>5.713</b>

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, as responsabilidades por serviços passados de colaboradores e a respectiva cobertura do fundo de pensões é como segue:

	31 Dez. 2009	31 Dez. 2008
<b>Responsabilidades totais por serviços passados</b>		
Responsab. por serviços passados de colaboradores reformados	3.340	2.660
Responsab. por serviços passados de colaboradores no activo	21.532	22.231
	<b>24.872</b>	<b>24.891</b>
<b>Situação patrimonial do fundo de pensões</b>		
Situação inicial	22.294	19.061
Rendimento esperado do fundo de pensões	1.244	1.073
Pensões pagas	(170)	(112)
Desvio actuarial	1.566	(2.495)
Contribuições do Banco e dos empregados	304	4.767
	<b>25.238</b>	<b>22.294</b>
Excesso/(Insuficiência) de cobertura	366	(2.597)

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2009 e 2008 no valor actual das responsabilidades por serviços passados foi como segue:

	31.12.09	31.12.08
<b>Responsabilidades no início do exercício</b>	<b>24.891</b>	<b>20.921</b>
Custo do serviço corrente	2.601	2.291
Custo dos juros	1.275	1.077
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	(4.196)	695
Pensões pagas	(170)	(86)
Transferência responsabilidades sub. por morte	480	-
Pagamento de benefícios (SAMS)	(9)	(7)
<b>Responsabilidades no fim do exercício</b>	<b>24.872</b>	<b>24.891</b>

Na composição dos activos do fundo de pensões não se encontra nenhum: (i) activo que esteja a ser utilizado pelo Banco; e (ii) título emitido pelo Banco.

O movimento ocorrido nos desvios actuariais durante o exercício de 2009 e de 2008 foi como segue:

	31 Dez. 2009	31 Dez. 2008
<b>Ganhos e (perdas) actuariais durante o exercício</b>		
Amortização desvios actuariais	(225)	(645)
Taxa de rentabilidade do fundo	1.566	(2.495)
Responsabilidades nas pensões de reforma por invalidez	3.719	(654)
Responsabilidades no Plano Médico	477	(41)
Responsabilidades no Subsídio de Morte	111	1
Valor em 31 de Dezembro	5.648	(3.834)
<b>Desvios actuariais em 31 de Dezembro (ver Nota 19)</b>	<b>10.371</b>	<b>4.723</b>

À data de 31 de Dezembro de 2009, os desvios actuariais (€10.371 milhares) ultrapassam o limite definido como corredor. As normas internacionais de contabilidade permitem diferentes abordagens relativamente ao reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, nomeadamente que a amortização dos ganhos e perdas possa ser efectuada de uma forma mais célere que o tempo de serviço futuro médio da população activa (prazo máximo exigível para a amortização), que actualmente se situa em 30 anos.

O Banco decidiu que a amortização dos ganhos e perdas será efectuada num período de 10 anos.

		31 Dez. 2009	31 Dez. 2008
<b>Limites do corredor</b>			
• 10% total das responsabilidades	B	2.487	2.489
• 10% do total do fundo	B	2.524	2.229
Desvios actuariais	A	10.371	4.723
<b>Valor fora do corredor (Se A &gt; B; B &gt; dos limites)</b>	<b>A-B</b>	<b>7.847</b>	<b>2.234</b>
<b>Valor dentro do corredor</b>		<b>2.524</b>	<b>2.489</b>

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, as demonstrações de resultados do Banco registam na rubrica de Custos com pessoal (Nota 10) os seguintes valores relativos a responsabilidades com pensões de reforma:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
Custo dos serviços correntes	2.601	2.291
Custo dos juros	1.275	1.077
Contribuições dos colaboradores	(298)	(266)
Rendimento esperado do fundo de pensões	(1.244)	(1.073)
Amortização dos (Ganhos) / Perdas	(225)	(645)
<b>Custos com pessoal</b>	<b>2.109</b>	<b>1.384</b>

A simulação de um aumento ou diminuição de 1% no custo dos serviços correntes e nas responsabilidades no final do período a 31 de Dezembro de 2009 decompõem-se como segue:

	Aumento	Diminuição
Custo dos serviços correntes	2.627	2.575
Responsabilidades no final do período	25.121	24.623

O investimento do fundo de pensões do Credibom gerido pela ESAF, decompõe-se como segue:

	31 Dezembro 2009		31 Dezembro 2008	
	Valor	%	Valor	%
Acções	4.328	17.15%	2.804	11.11%
Obrigações	17.376	68.25%	15.385	60.96%
Outros Activos	3.534	14.00%	7.049	27.93%
	<b>25.238</b>		<b>25.238</b>	

O retorno esperado nos activos do plano é determinado considerando o retorno esperado disponível nos activos subjacente à actual política de investimento. Os rendimentos esperados nos investimentos de juros fixos são baseados no rendimento bruto expectável à data de balanço. Os retornos esperados em investimentos de capitais e mobiliários reflectem as taxas de retorno reais de longo prazo obtidas nos respectivos mercados.

#### NOTA 24 - CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2009 o capital está representado por 24.800.000 acções (2008: 13.800.000) de valor nominal unitário de €5 (2008: €5), encontrando-se totalmente subscrito e realizado pelo accionista único Sofinco. A realização do aumento de capital foi realizada na mesma data.

A Assembleia Geral de 19 de Novembro de 2009 deliberou por unanimidade proceder ao aumento de capital, na modalidade de entrada em dinheiro, de €89 milhões para €124 milhões, representado por 7.000.000 novas acções, de valor nominal de €5 cada uma, sem ágio ou prémio de emissão, as quais assumem a natureza de

acções nominativas desmaterializadas. A realização do aumento de capital foi realizada na mesma data.

A Assembleia Geral de 24 de Julho de 2009 deliberou por unanimidade proceder ao aumento de capital, na modalidade de entrada em dinheiro, de €79 milhões para €89 milhões, representado por 2.000.000 novas acções, de valor nominal de €5 cada uma, sem ágio ou prémio de emissão, as quais assumem a natureza de acções nominativas desmaterializadas. A realização do aumento de capital foi realizada na mesma data.

A Assembleia Geral de 30 de Janeiro de 2009 deliberou por unanimidade proceder ao aumento de capital, na modalidade de entrada em dinheiro, de €69 milhões para €79 milhões, representado por 2.000.000 novas acções, de valor nominal de €5 cada uma, sem ágio ou prémio de emissão, as quais assumem a natureza de acções nominativas desmaterializadas. A realização do aumento de capital foi realizada na mesma data.

A Assembleia Geral de 31 de Março de 2008 deliberou por unanimidade proceder ao aumento de capital, na modalidade de entrada em dinheiro, de €58 milhões para €69 milhões, representado por 2.200.000 novas acções, de valor nominal de €5 cada uma, sem ágio ou prémio de emissão, as quais assumem a natureza de acções nominativas desmaterializadas. A realização do aumento de capital foi realizada na mesma data.

#### NOTA 25 - RESERVAS

Os saldos das contas de reservas e resultados transitados, decompõem-se como segue:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008	01 Janeiro 2008
Reserva legal	10.279	9.966	9.133
Resultados transitados	32.289	30.504	41.489
	42.568	40.470	50.622

Os movimentos ocorridos nas rubricas de reservas e resultados transitados foram os seguintes:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
Reserva Legal		
Saldo abertura	9.967	9.133
Transferência de resultados	312	833
Saldo fecho	10.279	9.966

(continuação)

Resultados Transitados		
Saldo abertura	30.504	41.489
Resultado líquido ano anterior	3.121	8.332
Transferência para reserva legal	(312)	(833)
Dividendos liquidados	-	(16.925)
Amortização do dif. de responsabilidade com pensões (ver Nota 23)	(1.024)	(1.559)
	32.289	30.504
<b>Total de outras reservas e resultados transitados</b>	<b>42.568</b>	<b>40.470</b>

Por proposta do Conselho de Administração aprovada na Assembleia Geral de 27 de Março de 2009, o resultado do exercício de 2008 foi aplicado da seguinte forma:

Para reserva legal	312
Para resultados transitados	2.809
<b>Resultado do exercício de 2008</b>	<b>3.121</b>

Adicionalmente, na referida Assembleia Geral, foi igualmente aprovado o pagamento de um prémio aos colaboradores e órgãos sociais, relativo ao desempenho do exercício de 2008, no montante de €410 milhares.

Em conformidade com a legislação em vigor, uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício deve ser destinado à formação de uma Reserva legal, até ao limite do capital social.

#### NOTA 26 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Resumem-se como segue os saldos em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, relativas às transacções verificadas com partes relacionadas:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
	Comissão Executiva		Sofinco	
Balanco				
Activo				
• Disponibilidades	-	-	-	2.552
• Aplicações	-	-	-	-
	-	-	-	2.552

(continuação)

	Comissão Executiva		Sofinco	
<b>Balanço</b>				
<b>Passivo</b>				
• Empréstimos	-	-	990.668	987.100
• Encargos a pagar	-	-	9.695	8.568
• Responsabilidades Fundo Pensões	734	1.013	-	-
• Valor do Fundo de Pensões	744	960	-	-
• Plano Médico	17	66	-	-
• Prémio de Antiguidade	41	48	-	-
• Subsídio de Morte	17	26	-	-
	1.553	2.113	1.000.363	995.668
<b>Demonstração de Resultados</b>				
<b>Custos</b>				
• Juros e encargos financeiros	-	-	44.484	40.923
• Remunerações dos órgãos de gestão	476	552	-	-
• Fundo de Pensões (Pag.BES)	5	21	-	-
• Fundo de Pensões	38	63	-	-
• Plano Médico	3	4	-	-
• Prémio de Antiguidade	2	3	-	-
• Subsídio de Morte	1	2	-	-
• Aluguer de Viaturas	38	95	-	-
• Distribuição de Resultados	23	150	-	-
<b>Proveitos</b>				
• Juros e rendimentos similares	-	-	(57)	(307)
	586	890	44.427	40.616

De salientar, que um dos membros da Comissão Executiva não está incluído no Fundo de Pensões do Banco.

#### NOTA 27 - POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO E REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

##### Política de remuneração dos órgãos de Administração e de Fiscalização

O Banco Credibom assenta a política de remunerações dos Órgãos de Gestão baseado nas orientações estratégicas do seu accionista único.

### Membros não Executivos da Administração

Pelo facto dos membros não executivos do Conselho de Administração não terem responsabilidades na operacionalização das estratégias definidas, não existe sistema de remuneração destes no Credibom.

### Membros Executivos da Administração – Comissão Executiva

A remuneração destes membros é composta por uma componente fixa e outra variável, sendo que esta é anualmente liquidada com base em objectivos previamente definidos. Em qualquer dos casos, a decisão das mesmas encontra-se no âmbito do accionista único.

### Membros do Conselho Fiscal

À excepção do membro independente que auferir uma remuneração fixa anual, aprovada pela Comissão Executiva no início de cada mandato, os restantes membros do Conselho Fiscal do Credibom não auferem qualquer tipo de remuneração, directa ou indirectamente, pelo exercício das suas funções, sendo remunerados pelas funções exercidas em outras empresas do Grupo.

De modo a dar cumprimento à nova legislação e em conformidade com as melhores práticas, a Comissão Executiva do Banco Credibom tem preparado um documento com a definição da política de remunerações dos Órgãos de Gestão e Fiscalização, o qual será objecto de análise e aprovação na Assembleia Geral que irá decorrer no próximo mês de Março de 2010.

### Remunerações atribuídas aos órgãos de Administração e de Fiscalização

	Remunerações de 2009	
	Fixa	Variável
<b>Órgão de Administração - Conselho de Administração</b>		
• Dr. Christophe Francis Michel Marie Grave	-	-
• Dr. Dominique Jean Richard Manoury	86	43
• Dr. Philippe André Joie	155	51
• Dr. Amir Hossein Djourabtchi	-	-
• Dra. Eva Birgitta Hoglund	-	-
• Eng. Jean-François Vincent Garnier	47	10
• Eng. Jorge Monreal Fontes	148	43
• Dr. Nuno Manuel dos santos	40	4
	<b>476</b>	<b>151</b>

(continuação)

<b>Órgão de Fiscalização - Conselho Fiscal</b>		
• Dr. David Jean Marie Drapeau	-	-
• Dr. António José Marques Centúrio Monzelo	9	-
• Dra. Cláudia Edith Azerad	-	-
	<b>9</b>	<b>-</b>

As remunerações variáveis do Conselho de Administração incluem bónus anual (€23 milhares), bem como as despesas relacionadas com os benefícios inerentes à utilização de veículo automóvel, combustível, telemóvel e renda de casa, nas situações aplicáveis.

Por efeito da cessação de funções, foram pagas as correspondentes indemnizações aos Administradores Executivos Dr. Nuno Manuel dos Santos e Engº Jean-Francois Vincent Garnier, nos montantes de €556 milhares e €55 milhares, respectivamente. Adicionalmente, foi pago a título de subsídio de morte, relativa ao Administrador Executivo Dr. Dominique Jean Richard Manoury, o montante de €103 milhares.

### NOTA 28 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos do cálculo da demonstração de fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem as seguintes componentes:

	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	4	5
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.601	5.672
Aplicações em instituições de crédito	-	-
	<b>3.605</b>	<b>5.677</b>

As disponibilidades em outras instituições de crédito, no país, são constituídas por depósitos à ordem são remuneradas a taxas que, em 31 de Dezembro de 2009, se situam entre 0% e 1,92% (2008: 4,71% e 4,46%).

#### NOTA 29 - NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

O Banco optou por não aplicar as normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas sem aplicação obrigatória em 2009.

Novas Normas aprovadas pela Comissão Europeia	Data de aplicação*
IAS 27 (revisão) - Demonstrações financeiras separadas e consolidadas	1 de Julho de 2009
IAS 32 (alteração) - Instrumentos financeiros: apresentação e consequente alteração à IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras	1 de Fevereiro de 2010
IAS 39 (revisão) - Instrumentos financeiros - Itens elegíveis para cobertura	1 de Julho de 2009
IFRS 2 (alteração) - Pagamentos baseados em acções no grupo - transacções pagas em dinheiro	1 de Janeiro de 2010
IFRS 3 (revisão) - Concentrações de actividades empresariais	1 de Julho de 2009
IFRS 5 (Melhoria 2008) - Activos detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	1 de Julho de 2009
IFRIC 12 - Serviços de concessão	30 de Março de 2009
IFRIC 15 - Contratos para a construção de imóveis	1 de Janeiro de 2010
IFRIC 16 - Cobertura de investimentos em operações estrangeiras	1 de Julho de 2009
IFRIC 17 - Distribuições em espécie aos accionistas	1 de Novembro de 2009
IFRIC 16 - Cobertura do investimento numa unidade operacional estrangeira	1 de Julho de 2009

\* Exercícios iniciados em ou após

Novas Normas não aprovadas pela Comissão Europeia	Data de aplicação*
IAS 24 (alteração) - Partes relacionadas	1 de Janeiro de 2011
IFRS 1 (alteração) - Adopção pela primeira vez das IFRS	1 de Janeiro de 2010
IFRS 2 (alteração) - Pagamentos baseados em acções no grupo - transacções pagas em dinheiro	1 de Janeiro de 2010
IFRS 19 - Instrumentos financeiros, classificação e mensuração	1 de Janeiro de 2013
IFRIC 14 (alteração) - IAS 19 - Limitação aos activos decorrentes de planos de benefícios definidos e a sua interacção com requisitos de contribuições mínimas	1 de Janeiro de 2011
IFRIC 19 - Regularização de passivos financeiros com instrumentos de capital	1 de Julho de 2010

\* Exercícios iniciados em ou após

Projecto de melhorias anual das normas de 2009	Data de aplicação*
IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras	1 de Janeiro de 2010
IAS 7 - Demonstração Fluxos de Caixa	1 de Janeiro de 2010
IAS 17 - Locações	1 de Janeiro de 2010
IAS 18 - Rédito	1 de Julho de 2009
IAS 36 - Imparidade de activos	1 de Janeiro de 2010
IAS 38 - Activos intangíveis	1 de Janeiro de 2010
IAS 39 - Instrumentos financeiros	1 de Janeiro de 2010

\* Exercícios iniciados em ou após

(continuação)

IFRS 2 - Pagamentos baseados em acções	1 de Julho de 2009
IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	1 de Janeiro de 2010
IFRS 8 - Segmentos operacionais	1 de Janeiro de 2010
IFRIC 9 - Reavaliação de derivados imbutidos	1 de Julho de 2009
IFRIC 16 - Cobertura do investimento numa unidade operacional estrangeira	1 de Julho de 2009

Actualmente, o Credibom encontra-se a avaliar as normas que eventualmente possam ter algum impacto nas demonstrações financeiras do Banco, mas é entendimento do Conselho de Administração que estas não venham a produzir efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco.

#### NOTA 30 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

As contas do Banco são consolidadas nas contas do Credit Agricole, S.A.. As contas desta Sociedade podem ser obtidas directamente na sua sede, 91/93, Boulevard Pasteur, 75 015 Paris Cedex, em Paris.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



A decorative background consisting of a large, dense cluster of grey circles on the left side, with several smaller green circles scattered across the white background to the right.

**CERTIFICAÇÃO  
LEGAL DE CONTAS**

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras do Banco Credibom, SA (“o Banco”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de €1.259.403 milhares e um total de capital próprio de €159.553 milhares, incluindo um resultado líquido negativo de €7.014 milhares), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor, tal como adoptadas na União Europeia, com as excepções previstas nos Avisos nº1/2005, nº 4/2005 e nº 7/2008 do Banco de Portugal.

### Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Credibom, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Lisboa, 12 de Março de 2010

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda  
representada por:

José Manuel Henriques Bernardo, R.O.C.



A decorative background consisting of a large, dense cluster of grey circles on the left side, transitioning into a sparse field of smaller grey and green circles on the right side.

**RELATÓRIO E  
PARECER DO  
CONSELHO FISCAL**

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### Senhores Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as Demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Credibom, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade do Banco. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação.

3 Verificámos ainda a eficácia do sistema de controlo interno, do sistema da gestão de risco e do sistema de auditoria interna, donde resultaram os reparos incluídos no Parecer do Conselho Fiscal sobre a adequação e a eficácia do Sistema de Controlo Interno de 30 de Junho de 2009. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.

4 Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos por PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e apreciamos a Certificação Legal das Contas, em anexo, com a qual concordamos. Tomámos também conhecimento do teor do Memorando sobre aspectos de controlo interno e comentários suplementares decorrentes do exame às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009 endereçado por aquela Sociedade ao Conselho de Administração.

5 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço, as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo, complementados com o teor da Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco evidenciando os aspectos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

6 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

i) seja aprovado o Relatório de gestão;

ii) sejam aprovadas as Demonstrações financeiras;

iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

7 Finalmente, desejamos expressar os nossos agradecimentos ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Banco com quem contactámos, pela valiosa colaboração no desempenho das nossas funções.

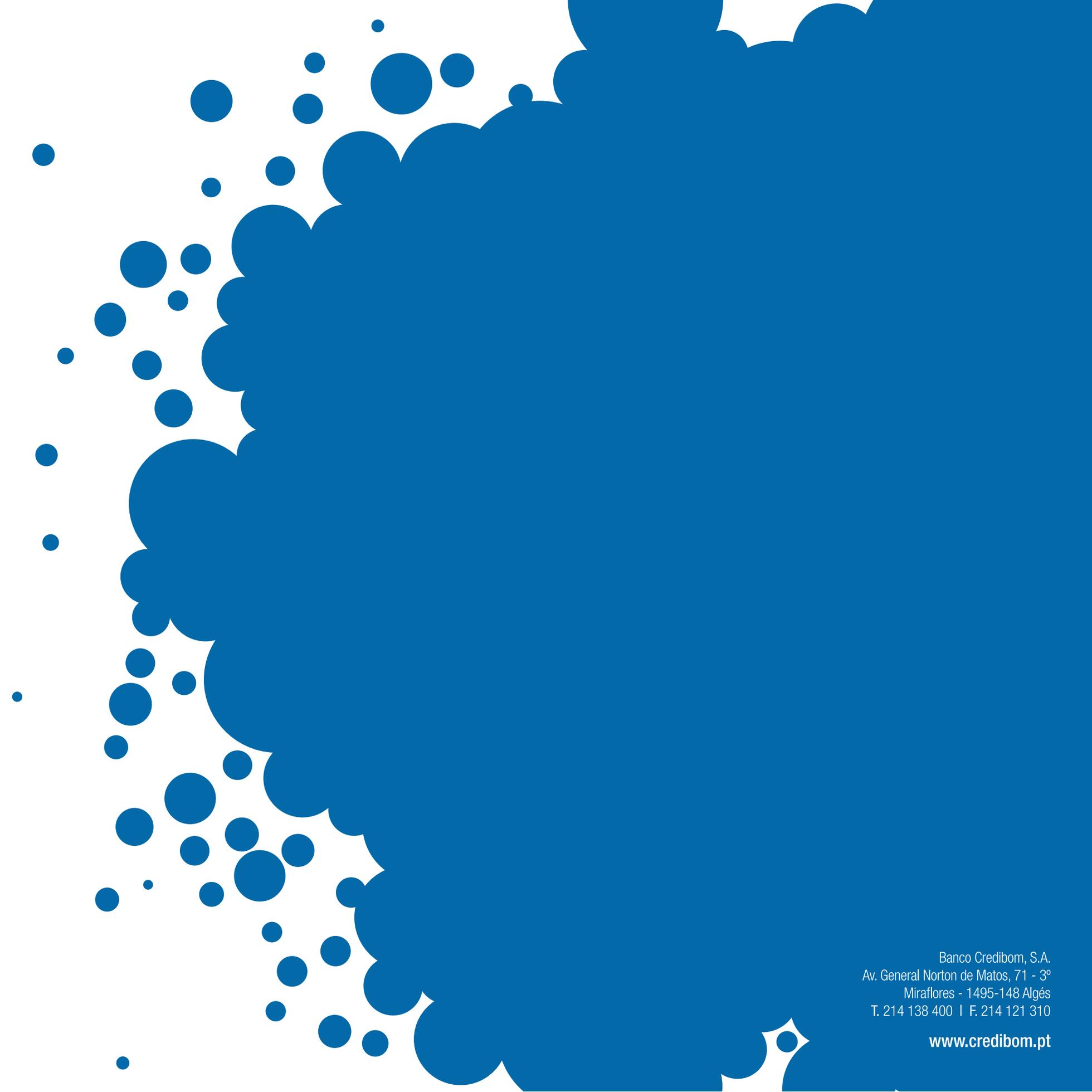
Lisboa, 18 de Março de 2010

O Conselho Fiscal

Dr. David Jean Marie Drapeau  
Presidente

Dr. António José Marques Centúrio Monzelo  
Vogal

Drª Cláudia Edith Azerad  
Vogal



Banco Credibom, S.A.  
Av. General Norton de Matos, 71 - 3º  
Miraflores - 1495-148 Algés  
T. 214 138 400 | F. 214 121 310

[www.credibom.pt](http://www.credibom.pt)